

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Atividades do emissor | |
| 1.1 Histórico do emissor | 1 |
| 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas | 3 |
| 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais | 5 |
| 1.4 Produção/Comercialização/Mercados | 6 |
| 1.5 Principais clientes | 7 |
| 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal | 8 |
| 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior | 9 |
| 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira | 10 |
| 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) | 11 |
| 1.10 Informações de sociedade de economia mista | 13 |
| 1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante | 14 |
| 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital | 15 |
| 1.13 Acordos de acionistas | 16 |
| 1.14 Alterações significativas na condução dos negócios | 17 |
| 1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas | 18 |
| 1.16 Outras informações relevantes | 19 |
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 24 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 31 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 33 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 38 |
| 2.5 Medições não contábeis | 39 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 40 |
| 2.7 Destinação de resultados | 41 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 43 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 44 |
| 2.10 Planos de negócios | 45 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 47 |
| 3. Projeções | |
| 3.1 Projeções divulgadas e premissas | 48 |
| 3.2 Acompanhamento das projeções | 49 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 4. Fatores de risco | |
| 4.1 Descrição dos fatores de risco | 50 |
| 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco | 60 |
| 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado | 62 |
| 4.4 Processos não sigilosos relevantes | 63 |
| 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes | 76 |
| 4.6 Processos sigilosos relevantes | 78 |
| 4.7 Outras contingências relevantes | 79 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 80 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 81 |
| 5.3 Programa de integridade | 82 |
| 5.4 Alterações significativas | 85 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 86 |
| 6. Controle e grupo econômico | |
| 6.1/2 Posição acionária | 87 |
| 6.3 Distribuição de capital | 94 |
| 6.4 Participação em sociedades | |
| 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico | 95 |
| 6.6 Outras informações relevantes | 96 |
| 7. Assembleia geral e administração | |
| 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal | 97 |
| 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal | 100 |
| 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração | 101 |
| 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal | 102 |
| 7.4 Composição dos comitês | 113 |
| 7.5 Relações familiares | 114 |
| 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle | 115 |
| 7.7 Acordos/seguros de administradores | 116 |
| 7.8 Outras informações relevantes | 117 |
| 8. Remuneração dos administradores | |
| 8.1 Política ou prática de remuneração | 118 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 8.2 Remuneração total por órgão | 119 |
| 8.3 Remuneração variável | 123 |
| 8.4 Plano de remuneração baseado em ações | 124 |
| 8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) | 125 |
| 8.6 Outorga de opções de compra de ações | 126 |
| 8.7 Opções em aberto | 127 |
| 8.8 Opções exercidas e ações entregues | 128 |
| 8.9 Diluição potencial por outorga de ações | 129 |
| 8.10 Outorga de ações | 130 |
| 8.11 Ações entregues | 131 |
| 8.12 Precificação das ações/opções | 132 |
| 8.13 Participações detidas por órgão | 133 |
| 8.14 Planos de previdência | 134 |
| 8.15 Remuneração mínima, média e máxima | 135 |
| 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização | 136 |
| 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração | 137 |
| 8.18 Remuneração - Outras funções | 138 |
| 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada | 139 |
| 8.20 Outras informações relevantes | 140 |
| 9. Auditores | |
| 9.1 / 9.2 Identificação e remuneração | 141 |
| 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores | 142 |
| 9.4 Outras informações relevantes | 143 |
| 10. Recursos humanos | |
| 10.1A Descrição dos recursos humanos | 144 |
| 10.1 Descrição dos recursos humanos | 146 |
| 10.2 Alterações relevantes | 147 |
| 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados | 148 |
| 10.4 Relações entre emissor e sindicatos | 149 |
| 10.5 Outras informações relevantes | 150 |
| 11. Transações com partes relacionadas | |
| 11.1 Regras, políticas e práticas | 151 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 11.2 Transações com partes relacionadas | 152 |
| 11.2 Itens 'n.' e 'o.' | 158 |
| 11.3 Outras informações relevantes | 159 |
| 12. Capital social e Valores mobiliários | |
| 12.1 Informações sobre o capital social | 160 |
| 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras | 161 |
| 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil | 162 |
| 12.4 Número de titulares de valores mobiliários | 163 |
| 12.5 Mercados de negociação no Brasil | 164 |
| 12.6 Negociação em mercados estrangeiros | 165 |
| 12.7 Títulos emitidos no exterior | 166 |
| 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas | 167 |
| 12.9 Outras informações relevantes | 168 |
| 13. Responsáveis pelo formulário | |
| 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE | 169 |
| 13.1 Declaração do diretor presidente | 170 |
| 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores | 171 |
| 13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual | |

1.1 Histórico do emissor

1.1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") foi constituída em 21 de maio de 2007, sob a forma de uma holding de instituição não financeira, e obteve seu registro de companhia aberta concedido pela Comissão de Valores mobiliários ("CVM") em 10 de julho de 2008, sob código CVM 2152-0. Posteriormente, com a aprovação da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480"), a Companhia passou a deter o registro na CVM de emissor categoria B, com autorização para negociação de valores mobiliários de sua emissão em mercados regulamentados de valores mobiliários, excetuados os previstos no art. 22, §2º da ICVM 480, revogada e substituída pela Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia possui atualmente um portfólio com 243,6 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 3 (três) usinas, sendo uma operada pela Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA"), e duas operadas pela New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO").

RAESA - Rio Amazonas Energia S.A

A RAESA, responsável pela operação da usina termelétrica Cristiano Rocha ("UTE Cristiano Rocha"), é uma empresa estabelecida na cidade de Manaus/AM, com extensão territorial de 37,1 hectares e que possui a atividade específica de geração de energia elétrica, para posterior venda à Amazonas Energia S.A., subsidiária da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

A RAESA possui capacidade instalada total de 91,75 MW e tem contrato até 2025 para o fornecimento de 65 MW ininterruptos de energia elétrica para a cidade de Manaus/AM.

Em operação desde novembro de 2006, a usina é composta atualmente por cinco motores *Wärtsilä* W18V50SG novos, com capacidade unitária de 18,35 MW. A partir de setembro de 2021, com a conclusão do processo de conversão dos motores para operação somente utilizando o combustível gás natural, a usina deixa de utilizar óleo combustível pesado como combustível secundário.

Em julho de 2013, a UTE Cristiano Rocha interligou-se ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") através da linha de transmissão Tucuruí - Macapá - Manaus. Conhecida como "linhão", esta permite a integração dos estados do Amazonas, Amapá e do oeste do Pará. Destaca-se que o sistema Manaus é o maior entre os sistemas isolados brasileiro, representando cerca de 50% do total do mercado de energia elétrica desses sistemas.

A excelência no desempenho das atividades da UTE Cristiano Rocha levou a empresa finlandesa *Wärtsilä* - fabricantes dos motores utilizados na usina - a agraciá-la com o prêmio "Melhor Planta 2007", num reconhecimento dentre todas as plantas que fazem uso de seus equipamentos em todo o mundo.

NEO - New Energy Options Geração de Energia S.A.

A NEO é responsável pela operação do Parque Eólico Alegria, constituído pelas Usinas de Energia Eólicas (UEEs) Alegria I e II. O Parque Eólico Alegria está localizado no município de Guimarães/RN, local em que se encontram os melhores regimes de vento do País, com média anual de ventos que excedem 8,5 metros por segundo.

O Parque Eólico Alegria possui capacidade instalada total de 151,8MW, ocupa uma área total de cerca de 1.900 hectares e está localizada na Praia do Minhoto, a aproximadamente 170Km da cidade de Natal/RN. É previsto que a oferta de energia do Parque Eólico Alegria corresponda ao consumo de aproximadamente 194 mil famílias, evitando a emissão de cerca de 120 mil toneladas de CO2 à atmosfera.

1.1 Histórico do emissor

O complexo Parque Eólico Alegria é composto por duas unidades: Alegria I e Alegria II.

O Parque Eólico Alegria I está em operação desde dezembro de 2010 e o Parque Eólico Alegria II desde novembro de 2012, ambas possuem contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*) com vigência de um período de cerca de 20 (vinte) anos e estão inseridas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA").

A unidade Alegria I é composta por 31 (trinta e um) aerogeradores, com potência total de 51,15 MW, enquanto a unidade Alegria II, por sua vez, é composta por 61 (sessenta e um) aerogeradores com potência total de 100,65 MW. Os 92 (noventa e dois) aerogeradores do complexo foram fabricados pela empresa dinamarquesa "Vestas", considerada a maior companhia mundial produtora de turbinas de energia eólica.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Multiner S.A (“Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, que detém autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica.

Objeto Social:

A Companhia tem por objeto social a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades civis ou comerciais, no país e no exterior, principalmente no setor de energia. Para atender ao objeto social da Companhia, esta poderá constituir subsidiárias sob qualquer forma societária.

Estrutura Societária:

Informações sobre as Controladas:

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 96,04%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 91,75MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletroeletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

aerogeradoras; e

Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobrás, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. Em abril de 2022 a Companhia adquiriu a participação acionária da Eólica através de transação de compra/venda de ações, passando deter de 100% das ações.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A Lineal Participações S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Empresas Descontinuadas:

Termelétrica Itapebi S.A. (Itapebi – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente e a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista. - **Outorga Revogada;**

Termelétrica Monte Pascoal S.A. (Monte Pascoal – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - **Outorga Revogada;**

Termelétrica Pernambuco IV S.A. (Pernambuco IV – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - **Outorga Revogada;**

Termelétrica Termopower V S.A. (Termopower V – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - **Outorga Revogada (em discussão judicial); e**

Termelétrica Termopower VI S.A. (Termopower VI – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - **Outorga Revogada.**

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- a. produtos e serviços comercializados**
- b. receita líquida proveniente do segmento e sua participação na receita do emissor**
- c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor:**

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

- a. características do processo de produção**
- b. características do processo de distribuição**
- c. características dos mercados de atuação, em especial:**
 - i. participação em cada um dos mercados**
 - ii. condições de competição nos mercados**
- d. eventual sazonalidade**
- e. principais insumos e matérias primas, informando:**
 - i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**
eventual dependência de poucos fornecedores
 - ii. eventual volatilidade em seus preços**

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

- a. Montante total de receitas provenientes do cliente**
- b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia possui expressa vedação em sua Política de Relacionamento com o Setor Público para contribuições financeiras, diretamente ou por intermédio de terceiros, em favor de agente públicos, definidos entre outros, como de ocupantes ou candidatos a cargos políticos e em favor de partidos políticos. A Companhia também não custeia o exercício de atividades de influência em decisões de políticas públicas.

No exercício de 2023 não ocorreram contribuições financeiras efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos e (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação às informações ambientais, sociais e de governança corporativa da Companhia

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Não há documento específico para esta finalidade, no entanto alguns aspectos de ASG são divulgados trimestralmente e anualmente no Relatório de Administração.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não há metodologia e/ou padrão na elaboração desse relatório.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que não há divulgação de relatório específico de ASG.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, uma vez que não há divulgação de relatório específico de ASG.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia não possui uma matriz de materialidade e indicadores chaves de desempenho ASG.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, uma vez que não há divulgação de relatório específico de ASG.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, uma vez que não há divulgação de relatório específico de ASG.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG;

A Companhia já vem trabalhando em assuntos relacionados ao relevante tema de ASG e definirá estrategicamente o momento de reportar ao mercado as informações ASG através da elaboração e divulgação de relatório específico.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade;

Não aplicável, devido a resposta do item (i) acima.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG;

Não aplicável, devido a resposta do item (i) acima.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas;

Não aplicável, devido a resposta do item (i) acima.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, devido a resposta do item (i) acima.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa;

Não aplicável, devido a resposta do item (i) acima.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. Interesse público que justificou sua criação.

Não aplicável, uma vez que a Emissora não é Sociedade de Economia mista.

b. Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a";

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições; e

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.

Não aplicável, uma vez que a Emissora não é Sociedade de Economia mista.

c) Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas.

Não aplicável, uma vez que a Emissora não é Sociedade de Economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre com operação normal nos negócios do emissor

A Companhia, na qualidade de compradora, celebrou, em 20 de abril de 2022, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Eólica Administração e Participações Ltda., na qualidade de vendedora, para a aquisição da totalidade das ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO"). A aquisição concretizou-se, em 25 de abril de 2022, passando a Companhia a deter 100% do capital social da NEO.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontrada.

Não aplicável, uma vez não houve, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

No exercício social de 2023, não houve celebração, extinção ou modificação do acordo de Acionistas da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a celebração de contratos relevantes pela Companhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A New Energy Options Geração de Energia S.A. possui 8 pessoas em seu quadro funcional e, aproximadamente, outras 170 pessoas divididas entre as 16 empresas prestadoras de serviços nas usinas Alegria I e II.

Todas as usinas da Emissora possuem como estratégia a utilização de mão de obra local em detrimento mão de obra de outras localidades. Da mesma forma, é praticado um sistema de remuneração em linha com as boas práticas do mercado.

Os programas de educação ambiental e comunicação social têm por objetivo ser o canal de comunicação contínua entre a New Energy Options e a população, especialmente os que moram na área de influência do empreendimento, no sentido de coibir e/ou diminuir ações nocivas ao meio ambiente.

Entre março e dezembro 2023, foram realizadas ações de treinamento e educação ambiental aos funcionários diretos e terceiros que atuam no Parque Eólico Alegria. Foram abordados temas relacionados à fauna, recursos naturais, clima e resíduos. As ações foram realizadas no Centro de Controle da New Energy Options, localizado no Parque Eólico Alegria, conforme detalhado no Item 1 – Educação Ambiental, abaixo.

Em abril e outubro 2023, foram realizadas ações de comunicação social na Escola Municipal Felipe Alves, na comunidade rural Mangue Seco 2. As ações envolveram apresentações de slides em Power Point e dinâmicas envolvendo temas relacionados à fauna e clima. Os temas foram apresentados de forma lúdica, numa linguagem simples fazendo com que as crianças presentes absorvessem melhor o conteúdo, conforme detalhado no Item 2 – Comunicação Social, abaixo.

1. Educação Ambiental

Dentro do programa socioambiental realizado pela companhia controlada, New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”), foram realizadas quatro ações durante o ano de 2023:

Ação 1:

Dia: 09/03/2023

Local: Centro de Operações da New Energy Options – Parque Eólico Alegria

Público-alvo: Funcionários diretos e terceiros que atuam no Parque Eólico Alegria

Atividade: Apresentação e Roda de Conversa: Animais de interesse médico no RN e atendimento pré-hospitalar em acidentes com animais peçonhentos.

Ação 2:

Dia: 22/06/2023

Local: Centro de Operações da New Energy Options – Parque Eólico Alegria

Público-alvo: Funcionários diretos e terceiros que atuam no Parque Eólico Alegria

1.16 Outras informações relevantes

Atividade: Apresentação e Roda de Conversa: Recursos Ambientais – Uso racional e sustentável dos recursos naturais, economia verde, economia circular.

Ação 3:

Dia: 21/09/2023

Local: Centro de Operações da New Energy Options – Parque Eólico Alegria

Público-alvo: Funcionários diretos e terceiros que atuam no Parque Eólico Alegria

Atividade: Apresentação e Roda de Conversa: Clima – Mudanças de hábitos e atitudes, incorporação de novas competências, desafios século XXI.

Ação 4:

Dia: 07/12/2023

Local: Centro de Operações da New Energy Options – Parque Eólico Alegria

Público-alvo: Funcionários diretos e terceiros que atuam no Parque Eólico Alegria

Atividade: Apresentação e Roda de Conversa: Resíduos sólidos.



1.16 Outras informações relevantes

2. Comunicação Social

Dentro do programa socioambiental realizado pela companhia controlada, New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO"), foram realizadas duas ações de Comunicação Social durante o ano de 2023:

Ação 1:

Dia: 05/04/2023

Local: Escola Municipal Felipe Alves

Público-alvo: Alunos

Atividade: Tema da Roda de Conversa: Fauna – biodiversidade em risco.

Dinâmica: Jogo quem sou eu.



1.16 Outras informações relevantes



Ação 2:

Dia: 17/10/2023

Local: Escola Municipal Felipe Alves

Público-alvo: Alunos

Atividade: Tema da Roda de Conversa: Clima – Mudanças de hábitos e atitudes, incorporação de novas competências, desafios século XXI.

Dinâmica: Jogo da memória meio ambiente.

1.16 Outras informações relevantes



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e suas respectivas Notas Explicativas.

As Demonstrações Financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou práticas contábeis internacionais.

2.1. Comentários da Diretoria sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) entende que o seu fluxo de caixa operacional em conjunto com ações a serem estruturadas e operacionalizadas, nos próximos anos, é suficiente para as atuais exigências de manutenção das atividades, serviços e operação em geral, mesmo com o capital circulante líquido negativo em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$155.104 (31/12/2022 – R\$ 385.031) e consolidado de R\$166.967 (31/12/2022 – R\$403.981), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 1.466.978 (31/12/2022 – R\$1.696.905), e capital circulante líquido negativo individual de R\$19.092 (31/12/2022 – R\$31.060) e consolidado de R\$477.428 (31/12/2022 – R\$645.329), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização

A Companhia apresenta abaixo as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

| Em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma | Exercício social encerrado em 31 de dezembro | | |
|--|--|-----------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2021 |
| Patrimônio Líquido | (166.967) | (403.981) | (412.531) |
| Disponibilidades | 436.317 | 267.242 | 108.055 |
| Arrendamento financeiro | 65.714 | 85.893 | 104.997 |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.351.255 | 1.434.232 | 1.457.407 |
| Debêntures | 19.784 | 18.736 | 16.170 |
| Fornecedores | 155.542 | 152.928 | 161.741 |

(b) Estrutura de capital

A nossa estrutura de capital consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

| Em milhões de R\$, exceto % | Exercício social encerrado em 31 de dezembro | | |
|--|--|-----------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2021 |
| Capital de terceiros | 108% | 121% | 122% |
| Capital próprio | -8% | -21% | -22% |
| Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros) | 2.137.341 | 2.305.065 | 2.265.388 |
| Patrimônio líquido (capital próprio) | (166.967) | (403.981) | (412.531) |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Endividamento

Atualmente, a Companhia tem como base em seu endividamento Cédulas de Créditos Bancários (“CCB’s”) emitidas pela RAESA e pela New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”), debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) obtido pela NEO.

As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, totalizaram (R\$1.378.571), sendo 75,44% de CCB’s (R\$1.039.963), 23,13% financiamento (R\$318.824) e 1,44% debêntures (R\$19.784). O custo médio ponderado do endividamento total da Companhia atualmente está em 9,35% a.a. +IGP-M.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia, atualmente, não possui captação de recursos por meio de contratos financeiros e entende que o seu fluxo de caixa operacional é suficiente para a manutenção do seu capital de giro e atuais exigências de manutenção das atividades operacionais, serviços e investimentos em geral,

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia entende que, em função de sua geração de caixa atual, tem recursos suficientes para cumprir com as obrigações operacionais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

| Financiamentos/ CCBs | Modalidade | Valor da contratação |
|-------------------------|---------------|-------------------------|
| Fundos de Pensão | CCB | 176.239 |
| Fundos de Pensão | CCB | 69.090 |
| Fundos de Pensão | CCB | 177.200 |
| BNB | Financiamento | 648.749 |
| | | Valor da contratação |
| Credores | Modalidade | Valor da contratação |
| Bolognesi Energia S.A. | Debêntures | 3.000 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

| | 2023 | 2022 | 2021 |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|
| <u>Saldo a pagar:</u> | | | |
| Fundiágua | 14.067 | 14.067 | 14.067 |
| Postalis | 377.217 | 377.217 | 377.217 |
| | 391.284 | 391.284 | 391.284 |

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui grau de subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

Empréstimos/financiamentos e debêntures

Cláusulas restritivas ("Covenants")

A controlada direta NEO deve divulgar anualmente o ICSD bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ("Petros").

Em 31 de dezembro de 2023, a NEO estava em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes as Termelétricas IV, Termopower V, Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e,
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$630.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de financiamentos contratados.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A tabela abaixo contém informações extraídas do Fluxo de caixa da Companhia levantados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| Demonstração do fluxo de caixa | 2023 | 2022 | 2021 | Varição 2023/2022 |
|--|------------------|------------------|------------------|----------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 241.924 | 72.342 | (23.742) | 234,4% |
| Ajustes por: | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 1 | 3 | 1 | -66,7% |
| Juros sobre as debêntures | 1.335 | 2.105 | 2.453 | -36,6% |
| Juros passivos de empréstimos e financiamentos - CCBs | 103.005 | 111.406 | 111.405 | -7,5% |
| Juros e variação monetária sobre Arrendamento - arrendador | (128.225) | (124.760) | (103.197) | 2,8% |
| Juros e variação monetárias s/ arrendamento mercantil | 2.840 | 3.052 | 2.839 | -6,9% |
| Variação monetária sobre debêntures | (287) | 461 | 1.186 | -162,3% |
| Variação monetária sobre empréstimos | (24.547) | 44.870 | 122.676 | -154,7% |
| Variação monetária outros | (667) | 1.087 | - | -161,4% |
| Variação cambial | - | 22 | - | -100,0% |
| Provisão por redução de valor recuperável do ativo imobilizado | (9.232) | (2.341) | (3.512) | 294,4% |
| Amortização de custo de captação | 1.922 | 1.922 | 1.922 | 0,0% |
| Descontos obtidos em acordos com fornecedores | - | - | (82.207) | 0,0% |
| Depreciação e amortização | 70.077 | 72.000 | 63.771 | -2,7% |
| Amortização de arrendamento - Direito de uso | 2.337 | 2.038 | 1.946 | 14,7% |
| Provisão (reversão) para perda de estoque obsoleto | (119) | (79) | 10.157 | 50,6% |
| Provisão (reversão) de crédito de liquidação duvidosa | (13.722) | (14.163) | 16.335 | -3,1% |
| Arrendamento mercantil IFRS-16 | - | 4 | 617 | -100,0% |
| Provisão (reversão) para demandas judiciais | (2.213) | (28.047) | 34.681 | -92,1% |
| Atualização de provisão para desmobilização de ativo | 4.650 | 4.582 | 5.384 | 1,5% |
| Baixa do Imobilizado | 4.669 | 2.684 | - | 74,0% |
| Lucro na alienação de imobilizado | - | - | (22) | 0,0% |
| Lucro na alienação de propriedade para investimento | - | - | (345) | 0,0% |
| Outros | (1) | - | (33) | -100,0% |
| Varição nos ativos e passivos | | | | |
| Contas a receber | 25.349 | (277) | (25.590) | -9251,3% |
| Tributos a recuperar | 13.683 | 15.733 | (4.284) | -13,0% |
| Estoque de peças | (2.887) | (1.208) | (1.916) | 139,0% |
| Transferências de imobilizado para estoques | 150 | 890 | 1.722 | -83,1% |
| Outros créditos de ativos | 6.296 | (14.183) | 13.774 | -144,4% |
| Fornecedores | 2.614 | (8.813) | 16.910 | -129,7% |
| Obrigações tributárias | (7.795) | 5.215 | (539) | -249,5% |
| Obrigações sociais e trabalhistas | (1.051) | 307 | (52) | -442,3% |
| Outras obrigações | (77.362) | 89.566 | (44.003) | -186,4% |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (7.691) | (16.752) | (10.825) | -54,1% |
| Pagamento de contingências | - | (146) | - | -100,0% |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Juros | (35.291) | (51.388) | (43.288) | -31,3% |
| Amortização do Arrendamento | 148.404 | 143.863 | 121.445 | 3,2% |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado) atividades operacionais | 318.166 | 311.995 | 185.669 | 2,0% |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Aquisição de Imobilizado | (515) | (2.483) | (53.495) | -79,3% |
| Aquisição de intangível | (12) | (13) | - | -7,7% |
| Resgates de depósitos - conta vinculada | - | 8.431 | 1.211 | -100,0% |
| Valor recebido pela venda de imobilizado | - | - | 88 | 0,0% |
| Adições de depósitos e rendimentos - vinculados | (16.414) | (14.270) | (9.589) | 15,0% |
| Valor recebido pela venda de propriedade de investimento | - | - | 1.012 | 0,0% |
| Aquisição da participação dos acionistas minoritários em controlada | - | (10.500) | - | -100,0% |
| Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos | (16.941) | (18.835) | (60.773) | -10,1% |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Pagamento de arrendamento mercantil | (4.084) | (3.988) | (4.028) | 2,4% |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos – Principal | (128.066) | (129.985) | (134.214) | -1,5% |
| Caixa líquido gerado - (utilizado) nas atividades de financiamentos | (132.150) | (133.973) | (138.242) | -1,4% |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 169.075 | 159.187 | (13.346) | 6,2% |
| Saldo no início do exercício | 267.242 | 108.055 | 121.401 | 147,3% |
| Saldo no final do exercício | 436.317 | 267.242 | 108.055 | 63,3% |

Atividades operacionais 2023 e 2022

Aumento total foi irrelevante de 2%, equivalentes a R\$6.171, mas houve variações significativas entre rubricas das atividades operacionais, sendo as principais conforme a seguir:

- Variações monetárias sobre empréstimos: A principal variação está relacionada ao indexador IGP-M que foi inferior entre os exercícios, (R\$69.417), apresentando as taxas de -3,18% acumulado em 2022, (5,45% - 2022),

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Contas a receber: Recebimento maior em R\$25.626 relacionado aos recebimentos de sub-rogação e o reprocessamento do CCC-Isol.
- Provisão (reversão) para demandas judiciais: Menor reversão decorrente ao acordo da com fornecedores em 2022 na controladora R\$25.834.
- Outras obrigações: redução concentrado nas obrigações de suprimento de energia (glosa) da controlada NEO pelo pagamento de (R\$98.255) e reconhecimento de glosa de R\$ 65.955 e o acordo judicial com fornecedores R\$35.531.

Atividades de investimentos 2023 e 2022

Menor desembolso de caixa entre os períodos em R\$1.894, sendo:

- Resgate de depósito vinculados: Aumento do caixa em 2022 pelo resgate de R\$ 8.431, fato não ocorrido em 2023.
- Aquisição da participação dos acionistas minoritários em controlada: Houve em 2022 desembolso de R\$ 10.500 sobre o pagamento de participação acionário de 20% da Eólica na controlada NEO.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

| Demonstração do resultado do exercício | 2023 | 2022 | 2021 | Varição 2023/2022 |
|---|----------------|---------------|-----------------|----------------------|
| Receitas | 253.228 | 207.503 | 227.569 | 22,0% |
| Custos das vendas e dos serviços | (188.150) | (179.293) | (144.886) | 4,9% |
| Lucro Bruto | 65.078 | 28.210 | 82.683 | 130,7% |
| Gerais e administrativas | 10.226 | (3.754) | (78.327) | -372,4% |
| Outras receitas (despesas) | 50.045 | 48.241 | 28.565 | 3,7% |
| Resultado de equivalência patrimonial | (1) | (3) | (1) | -100,0% |
| Despesas e Receitas operacionais | 60.270 | 44.484 | (49.763) | 35,5% |
| Resultado antes do resultado financeiro | 125.348 | 72.694 | 32.920 | 72,4% |
| Despesas financeiras | (112.724) | (197.350) | (267.922) | -42,9% |
| Receitas financeiras | 229.300 | 196.998 | 211.260 | 16,4% |
| Resultado antes dos tributos | 241.924 | 72.342 | (23.742) | 234,4% |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (30.485) | (21.630) | (10.825) | 40,9% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 3.687 | 3.687 | 3.687 | 0,0% |
| Incentivos fiscais (Sudene) | 21.888 | 4.878 | - | 100,0% |
| Resultado líquido do exercício | 237.014 | 59.277 | (30.880) | 299,8% |

Resultados operacionais em 2023 e 2022

Receita operacional líquida

Varição positiva comparado ao período anterior quando ocorreu o maior impacto ao referente a glosa que foi menor entre os períodos, onde em 2022 houve maior indisponibilidade de geração devido ao comportamento dos ventos e paralisação dos aerogeradores para manutenção corretiva na controlada NEO.

Custo operacional

Principais aumentos concentrados em: (i) Controlada NEO: Aumento impactado pela manutenção corretiva das Pás, decorrente a contratação de serviços de terceiros, aquisição de materiais de manutenção e impostos não recuperáveis.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas operacionais

Despesas gerais administrativas: (Variação menor R\$ 13.980MM)

(i), controladora: Principal variação impactada com provisões de gastos ocorridos em 2022 e revertidos em 2023, referente a serviços jurídicos sobre negociações com credores, a Companhia atuou diretamente obtendo êxito sem a necessidade de empenhar gastos com terceiros; (ii) Salários e encargos a variação refere-se ao montante provisionado de remuneração variável ao final do exercício de 2022 e revertido pela realização no início do primeiro trimestre de 2023. (iii) controladora RAESA: (iv) Em 2021 na controlada RAESA registrou PECLD oriundos dos créditos do CCC- Isol, o montante foi revertido conforme o reprocessamento parcial pela CCEE, durante o exercício de 2023 houve a reversão de R\$13.728, (R\$15.108 - 2022). Outras variações pulverizadas no período.

As outras receitas / (despesas) operacionais tiveram um aumento em receitas no total de R\$1.804, principalmente pela receita de reversão de *impairment*, através de laudo de avaliação de terceiros, nas controladas não operacionais Itapebi e Monte Pascoal de R\$ 6.891 em contrapartida houve aumento em despesas por baixa de imobilizados por inventário na controlada Monte Pascoal no montante de R\$ 4.638.

Resultado financeiro líquido

Despesas Financeiras: (Variação menor R\$ 84.626MM)

Na controlada RAESA: Variação positiva de R\$ 52.926 é atribuída a atualização monetária das CCBs devido à queda do IGP-M, na controlada NEO: Variação monetária e juros das dívidas menor R\$ 27.717, refletida pelo cumprimento da curva contratual.

Receitas financeiras: (Variação maior R\$ 32.302MM)

Variação atribuída à controlada RAESA, sendo os maiores impactos em (i) em aplicações financeiras R\$ 22.510, devido maior saldo em caixa atrelado a taxa DI 13,04% no acumulado de 2023 versus 12,38% no acumulado em 2022); (ii) aumento das receitas de arrendamento financeiro em R\$ 3.465 pela atualização contratual anual; (iii) atualização financeira em R\$ 6.669 referente ao reprocessamento do CCC-Isol e demais variações pulverizadas no período.

Imposto de renda e contribuição social

Conforme estabelecido no IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), o princípio da competência diz que se reconhecemos na contabilidade uma receita ou um lucro, a despesa com o Imposto de Renda e Contribuição Social deve ser reconhecida naquele período, mesmo que seja pagável em data futura, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de IR apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem pagos.

O Imposto de Renda ativo é reconhecido sobre as diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para fins fiscais no futuro. Já o Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

Em ambos os casos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A variação de R\$ 17.010 de benefícios fiscais decorre da utilização do SUDAM na controlada RAESA maior em 12.691 e SUDENE na controlada NEO maior em R\$ 4.319 em 2023 comparado a 2022, e está proporcional a utilização aplicada no IRPJ apurado em decorrência ao resultado das controladas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial: i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita, ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais; b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação; c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2023

Atualmente a Companhia possui dois ativos em operação, com 243,55 MW de capacidade total instalada, distribuídas em geração termelétrica e eólica, sendo 91,75 MW em Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") e 151,80 MW em New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO").

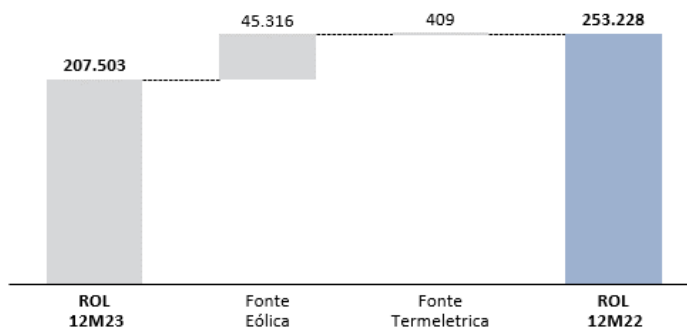
Em **RAESA**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a geração média foi de 66,7 MW médios, sendo entregue 102,6% referente à obrigação contratual (65,0 MW) junto a Centrais Elétricas do Norte S/A - Eletronorte. O ótimo desempenho operacional da usina permitiu no período que o índice de atendimento ao contrato atingisse a marca superior de 100% e dentro do limite contratual de 103%. Reforçando que a conversão dos motores foi uma decisão assertiva, principalmente no que tange ao desempenho dos equipamentos e na facilidade operacional em comparação ao motor operando com bicombustível. Em cumprimento ao cronograma de matuneções e revisões por horas de uso dos motores a controlada realizou intervenções nos seus motores 4 e 5 durante o terceiro e quarto trimestre de 2023, e por uma intercorrência operacional foi necessário deixar inoperante o motor 3 para manutenção corretiva, metiuclamente por uma intervenção estratégica parada foi suprida por um motor reserva sem causar impacto negativo na operação.

Em **NEO**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a geração do Complexo Alegria foi de 34,2 MW. Sendo Alegria I, sua geração foi de 12,03 MW médios, com uma leve redução em 1,9% quando comparado ao ano anterior (12,03 MW médios). No parque Alegria II, sua geração foi de 22,2 MW médios, representando um aumento de em 29,6%, comparado ao ano anterior (17,1 MW médios).

Os principais fatores para a o aumento da geração no complexo Alegria no ano de 2023 foi atribuída pelo reparo e trocas proativas das pás resultando em um aumento na disponibilidade dos aerogeradores e a redução da provisão de glosa no exercício (R\$ 68.175 mil em 2023 versus R\$ 97.830 mil em 2022).

A receita operacional líquida totalizou R\$ 253.228 mil, 22% acima comparado a 2022, principalmente devido redução da provisão da glosa da NEO, referente a geração contratual no ano.

Abaixo gráfico apresentando as variações das receitas operacionais líquidas por segmento, onde a NEO apresentou aumento da receita no valor de R\$ 45.316 mil. Já a RAESA manteve em linha com a receita de 2022.



2.2 Resultados operacional e financeiro

Os custos operacionais totalizaram R\$ 188.150 mil, apresentando aumento de 5% superior a 2022, e os custos financeiros foram de R\$ 179.293 mil. A principal variação está relacionada aos custos de O&M concentrados nas manutenções periódicas previstas dos da usina da controlada RAESA.

Com relação a rubrica de salários e encargos a redução de 24% comparada entre os períodos, essa variação é atribuída a terceirização do O&M em parceria com a Wartsila na controlada RAESA.

O acréscimo na rubrica de Seguros, a qual atingiu uma variação de 27%, decorrente do alto índice de sinistralidade do mercado de energia eólica, o que resultou em um acréscimo nos custos com o prêmio contratado em 2023.

O **EBITDA** no exercício de 2023 totalizou R\$ 195.426 mil, sendo superior em R\$ 50.729 mil comparado ao ano anterior, que apresentou EBITDA de R\$ 144.697 mil.

Para melhor abordagem do tema, conceitualmente o EBITDA representa a geração operacional de caixa da companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, medindo com maior precisão a produtividade e a eficiência do negócio.

| Em R\$ mil | 12M23 | 12M22 | Δ % | Δ \$ |
|-------------------------------|----------------|----------------|-------------|---------------|
| Lucro do exercício | 237.014 | 59.277 | -300% | 177.737 |
| Despesas/receitas financeiras | -116.576 | 352 | 33218% | -116.928 |
| IR/CSLL | 4.910 | 13.065 | 62% | -8.155 |
| Depreciação & amortização | 70.077 | 72.000 | 3% | -1.923 |
| Equivalência patrimonial | 1 | 3 | 67% | -2 |
| EBITDA | 195.426 | 144.697 | -35% | 50.729 |
| Margem EBITDA | 77% | 70% | | |

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2;

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, emitiu seu parecer referente às demonstrações financeiras de 2023, sem ressalvas e com a ênfase apresentada abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresenta passivo circulante individual e consolidado excedente ao total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 19.092 mil e R\$ 477.428 mil, respectivamente, prejuízos acumulados individual e consolidado no montante de R\$ 1.466.978 mil e passivo a descoberto individual e consolidado de R\$ 155.104 mil e R\$ 166.967 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Nota 1.3 também indica que a Companhia está em negociações com os credores para realizar o reperfilamento das dívidas e equacionar sua estrutura de capital. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, que trata da reorganização financeira da Companhia, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Segue relatório completo:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros de Administração e Acionistas da

Multiner S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Multiner S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Multiner S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiner S.A. e da Multiner S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresenta passivo circulante individual e consolidado excedente ao total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 19.092 mil e R\$ 477.428 mil, respectivamente, prejuízos acumulados individual e consolidado no montante de R\$ 1.466.978 mil e passivo a descoberto individual e consolidado de R\$ 155.104 mil e R\$ 166.967 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Nota 1.3 também indica que a Companhia está em negociações com os credores para realizar o reperfilamento das dívidas e equacionar sua estrutura de capital. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, que trata da reorganização financeira da Companhia, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA

Contrato de Reorganização e de Financiamento

Conforme divulgado na Nota 1.1 às demonstrações financeiras, os acionistas da Companhia, firmaram em 28 de março de 2012, o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner ("Contrato de Reorganização"), com o objetivo de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Determinadas obrigações assumidas pelas partes não foram adimplidas e, em decorrência, foi instaurada uma arbitragem em 19 de dezembro de 2017 na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo ("Arbitragem").

Ainda, conforme mencionado nas Notas 1.2 e 19 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem contratos de dívidas, preponderantemente com os acionistas participantes do Contrato de Reorganização, os quais possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros e não financeiros), que não foram integralmente cumpridas pela Companhia durante sua vigência.

Em 1º de fevereiro de 2022, foi proferida sentença no referido procedimento arbitral, definitiva e transitada em julgado após Decisão sobre Pedidos de Esclarecimentos proferida em 5 de abril de 2022, por meio da qual tais dívidas foram declaradas inexigíveis em virtude de sua obrigação de conversibilidade.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Porque é um PAA

Em 29 de agosto de 2022, as partes firmaram o "Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas" ("Termo de Compromisso") no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral. As partes ainda estão em tratativas para resolução através de acordo, o qual não possui um prazo para ser finalizado.

Em Assembleia Geral de Cotista, Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP"), iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, foi deliberado a celebração pelo Fundo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias, creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Este assunto foi considerado como um dos Principais Assuntos de Auditoria em virtude das incertezas relacionadas aos eventuais impactos da conclusão da Arbitragem na posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de monitoramento do endividamento e cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*) existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos leitura dos contratos de dívida e suas respectivas negociações, quando aplicável. Recalculamos os juros e encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos e testamos, em bases amostrais, as captações e pagamentos ocorridos no ano. Também, obtivemos confirmação dos saldos das dívidas em aberto em 31 de dezembro de 2023 com as respectivas contrapartes das operações.

Recalculamos os índices financeiros monitorados pela administração para acompanhamento do cumprimento dos *covenants*.

Efetuamos leitura dos documentos relacionados ao procedimento arbitral, incluindo a sentença proferida em 1º de fevereiro de 2022, a decisão proferida em 5 de abril de 2022, bem como o termo de compromisso firmado em 29 de agosto de 2022.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Provisão para demandas judiciais (Notas 4(q) e 23)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui provisão para demandas judiciais no montante de R\$ 25.657 mil (consolidado) para fazer face a esses riscos, bem como divulga os passivos contingentes relevantes. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas trabalhistas e cíveis e seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras, consideramos essa

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

como uma área de foco na nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.

Efetuamos o confronto do saldo contábil da provisão com os controles auxiliares do departamento Jurídico.

Obtivemos junto aos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia, confirmação dos valores e da classificação de perda utilizados pela administração da Companhia para mensuração da provisão para demandas judiciais.

Reunimo-nos com o departamento jurídico da Companhia para discussão e entendimento de processos relevantes com classificação de perda possível e provável.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia informa que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia informa que não houve, no último exercício social, a aquisição ou alienação de participação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

A Companhia informa que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis**
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.**

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Do resultado do exercício, e após as deduções mencionadas no artigo 30 do estatuto social da Companhia, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução: a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; b) saldo do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações terá a seguinte destinação: b1) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e b2) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.

a.i) A Assembleia Geral da Companhia deliberou que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 seja destinado para absorção pela conta de prejuízos acumulados, tendo em vista a apuração de lucro líquido de R\$ 229.927.331,64 (duzentos e vinte e nove milhões, novecentos e vinte e sete reais, trezentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos) (cinquenta e seis milhões, cem mil, novecentos e trinta e três reais e dezenove centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

a.ii) 100%

b. regras sobre distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, a cada exercício social, da seguinte forma: (a) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos intermediários a conta do lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do artigo 29 do seu estatuto social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na letra “b.2” do artigo 30 do seu estatuto social, observadas as disposições legais; e (b) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Companhia nos termos do seu Acordo de Acionistas poderá, mediante justificativa da Diretoria, confirmada pelo Conselho de Administração, deliberar o pagamento de dividendos inferiores ao previsto em seu Estatuto Social e/ou Acordo de Acionistas, quando: (i) houver necessidade de investimentos a fim de realizar-se o plano de negócios da Companhia; (ii) situação de caixa não for compatível com o montante do desembolso; (iii) o pagamento puder colocar a Companhia em situação econômico-financeira instável; (iv) for condição para captação de recursos destinados à

2.7 Destinação de resultados

construção de Unidade de Geração de Energia Elétrica da Companhia; e (v) o pagamento implicar em perda de uma oportunidade de negócios à Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos, ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, iii. contratos de construção não terminada, iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica, uma vez que a Companhia não identificou itens relevantes não evidenciados nas suas Demonstrações Financeiras.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não identificou itens relevantes não evidenciados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, visto que a Companhia não possui quaisquer itens relevantes que não estejam evidenciados no item 2.8 ou em suas Demonstrações Financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na controlada da Companhia, RAESA, foi finalizada a implementação da conversão dos motores Wärtsilä para 100% a gás natural. Este trabalho foi realizado em conjunto com as equipes técnica da Wärtsilä e da RAESA.

O trabalho de implementação da conversão dos motores trouxe ótimos resultados para a controlada RAESA no exercício de 2023, sendo eles: **(i)** a não queima de combustível fóssil líquido com presença de enxofre, que, combinado com a umidade do ar, evita a geração do efeito de chuva ácida; **(ii)** o gás natural não necessita de estocagem, eliminando despesas com frete, área física de armazenagem e manejo de combustíveis e **(iii)** os novos motores geram um custo inferior das manutenções.

Atualmente a RAESA possui 05 motores WÄRTSILÄ W18V50SG novos, pois a contagem de horas em operação iniciou novamente após a conversão dos equipamentos para operação com 100% a Gás Natural.

Houve uma melhora significativa na performance dos motores, os quais estão entregando a nova potência instalada de 18,35 MW cada um (antes a potência instalada era de 17,08 MW), bem como, não há necessidade de operar os compressores, reduzindo o consumo interno de energia. Desta forma a potência total instalada da usina passou de 85,38MW para 91,75MW.

A controlada NEO realizou o investimento no reparo e troca de 69 pás em parceria com a ADComp e com o fornecedor Vestas, o que reduziu a indisponibilidade de grande parte dos aerogeradores, e conseqüentemente contribuiu para a melhor geração nos parques Alegria I e II no exercício de 2023.

Em 2023, foram reparadas 71 pás e instaladas 66 (22 aerogeradores), sendo mantidas 5 pás como sobressalentes. O ciclo final de recuperação e troca das 72 pás restantes será realizado no segundo semestre de 2024.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Não há fontes de financiamento dos investimentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamentos e desinvestimentos previstos.

2.10 Planos de negócios

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estão estabelecidos na Lei N° 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas N° 316 de 2008 e N° 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da Receita Operacional Líquida (ROL) que deve ser aplicado da seguinte forma: (i) 40% retidos para investimentos em projetos de P&D gerenciados pela Companhia; (ii) 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e (iii) 20% recolhido ao Ministério de Minas e Energia (MME) com o objetivo de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos.

No exercício de 2023, a Companhia seguiu realizando regularmente o recolhimento do encargo de P&D destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei no 9.991, de 2000, e suas alterações e regulamentados pelas Resoluções Normativas N° 316 de 2008 e N° 504 de 2012 e normas correlatas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de negócios relacionados a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia não possui outros fatores, que influenciaram de maneira relevante, o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, ou que não estejam evidenciados nas suas Demonstrações Financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, uma vez que, em observância ao disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, a divulgação de projeções e estimativas pela Emissora é facultativa nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/2022.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, uma vez que, em observância ao disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, a divulgação de projeções e estimativas pela Emissora é facultativa nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/2022.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados

O investimento nos valores mobiliários de Emissão da Multiner S.A. (“Companhia”) envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras ou informações trimestrais e respectivas notas explicativas.

Os negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante a Companhia. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Quaisquer dos fatores enumerados abaixo, dentre outros compreendidos nos riscos detalhados nesta seção 4 e na seção 5 do presente Formulário de Referência, poderão prejudicar, de modo relevante, a capacidade da Companhia de implantar as estratégias propostas e, conseqüentemente, poderão afetar de forma adversa os resultados da Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários da emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante, a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos”, de determinados fatores de risco que estejam em um item, poderão também se aplicar a outros itens.

a) ao Emissor:

A Companhia pode não ser capaz de alcançar todos os resultados contidos neste formulário de referência, e nem mesmo conseguir programar integralmente sua estratégia de negócios.

A implementação de projetos e estratégias de negócios e, conseqüentemente, o sucesso das operações da Companhia depende de diversos fatores tais como: (i) o crescimento do setor elétrico brasileiro; (ii) regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e demais órgãos do mercado de energia; (iii) capacidade de execução dos fornecedores da Companhia; (iv) contínuo investimento em infraestrutura para a manutenção e elevação da eficiência operacional da Companhia; e (v) manutenção de licenças governamentais. A Companhia não pode assegurar que será capaz de alcançar todos os resultados, como também se terá sucesso na implementação total ou em

4.1 Descrição dos fatores de risco

parte, de seus projetos e estratégias. Caso não tenha êxito, a Companhia pode ser negativamente afetada, o que poderá causar um impacto adverso em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Os instrumentos financeiros formalizados pela Companhia estipulam determinadas obrigações que, no caso de inadimplência, podem afetar adversamente a condição financeira e a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

Como parte de sua estratégia, para implementação e manutenção de seus projetos, a Companhia utilizou instrumentos financeiros para captação de recursos. Todos contêm obrigações em seus contratos, dos quais muitos exigem manutenção de determinados níveis financeiros ou cumprimento de condições operacionais e outras obrigações. Na eventualidade de inadimplência com relação às obrigações contidas nos contratos desses instrumentos financeiros, os detentores da dívida poderão exigir o pagamento antecipado dos valores pendentes e do principal.

Dessa maneira, os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para quitar integralmente os respectivos valores, podendo ser necessário uma repactuação da dívida. Esse evento pode afetar de forma adversa a condição financeira e a capacidade de a Companhia operar seus negócios.

A Companhia pode ser responsável por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

A Companhia pode ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, e não pode garantir que as apólices de seguro por ela contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância, por parte de seus subcontratados, em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia, ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre os negócios e sobre a condição financeira da Companhia.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impactar financeiramente as receitas e os resultados operacionais da Companhia, assim como seus planos de investimento em outras áreas.

A Companhia não é proprietária das terras dos empreendimentos sob os quais estão instaladas suas centrais geradoras de energia elétrica eólica, e nesses casos, a Companhia firmou contratos de arrendamento com diversos detentores dessas terras. Eventuais discussões com detentores das áreas podem impactar os negócios da Companhia.

Em especial os parques eólicos da Companhia, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, situam-se em área de histórico conflito fundiário, ora com superposição de titulação sobre uma mesma área, ora com posseiros, com relação aos quais a Companhia está sujeita a certos riscos.

Com relação aos riscos operacionais, a Companhia contrata empresas especializadas para manter as atividades de operação e manutenção em pleno funcionamento, pensando na longevidade das unidades geradoras.

A Companhia realiza periodicamente planos de manutenções preditivos e preventivos, com o objetivo de minimizar qualquer efeito negativo na geração de energia e na busca constante de eficiência operacional.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia entende que não apenas as manutenções preventivas nas unidades geradoras fazem parte da boa gestão de risco operacional, mas que também todos processos administrativos colaboram com os bons resultados, e por isto, está reinvestindo e renovando o sistema administrativo, para garantir a integração entre as áreas e melhorar fluidez das informações contábeis, financeiras e gerenciais.

No caso específico dos parques eólicos, a Companhia entrou em parceria com a ADComp (consultoria técnica e operacional), a fim de mitigar a indisponibilidade dos aerogeradores. Foram feitos diversos testes de reparos, o qual havendo sucesso na troca dos mesmos. E mantém o fabricante original dos equipamentos como o seu prestador de serviço e O&M (contrato *full service*), para as torres e aerogeradores.

Processos Judiciais ou Administrativos poderão ter um considerável efeito negativo sobre a Companhia.

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos, e não pode assegurar que no curso normal dos seus negócios, não incorrerá, em outros processos, envolvendo, dentre outras questões: (i) tributárias, (ii) regulatórias, (iii) ambientais, (iv) cíveis e (v) trabalhistas. Adicionalmente, uma decisão desfavorável à Companhia envolvendo valores monetários significativos em um ou mais desses processos, poderá acarretar impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira.

b) a seus acionistas, em especial aos acionistas controladores, direto ou indireto, ou grupo de controle:

Não aplicável, uma vez que os acionistas da Companhia não se apresentam como fonte de risco.

c) às suas controladas e coligadas:

A Companhia e suas subsidiárias podem ser responsabilizadas por dívidas trabalhistas das suas contratadas.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e suas subsidiárias podem ser consideradas solidárias ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, ainda, serem autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de a Companhia vir a ser responsabilizada por estas demandas, poderá sofrer um efeito adverso em suas atividades.

A participação da Companhia em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros.

A Companhia investe em sociedades de propósito específico (SPE) em conjunto com outras sociedades. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial falência dos parceiros de suas sociedades de propósito específico e a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Companhia e seus parceiros. Caso um parceiro da sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes por seu parceiro. Ainda, os sócios de uma sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da SPE em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

d) seus administradores

(i) Os Administradores poderão tomar determinadas decisões com relação aos negócios sem a participação de todos os acionistas e demais administradores e que poderão conflitar com os interesses dos investidores da Companhia.

Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da Companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles. Caso os administradores tome decisões que infrinjam os princípios determinados na Lei das SAs de cuidado e diligência, os administradores poderão sofrer três tipos de ação com relação à legitimidade para sua propositura: a ação social, a individual e a ação civil pública.

(ii) Os administradores podem descumprir a legislação anticorrupção, de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de influência.

O descumprimento das disposições legais relacionadas com o combate à corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influência por parte dos administradores da Companhia podem resultar na sua prisão e impactos na Companhia, tais como quebra de *covenants*, aplicação de penalidades e perda de direitos, além de poder prejudicar a imagem e reputação da Companhia no mercado, o que pode afetar adversamente seus negócios e sua condição financeira.

e) a seus fornecedores:

A Companhia adquire equipamentos nacionais e importados, e contrata serviços terceirizados para a operação e manutenção dos seus empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e resultados operacionais.

A aquisição de equipamentos e insumos em geral para a Companhia, assim como sua operação e manutenção, efetuada através da contratação de fornecedores com reputação e idoneidade dentro do cenário empresarial brasileiro. O fornecimento dos equipamentos principais e auxiliares é feito por fornecedores de renome nacional e internacional. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente a outorgas das centrais de geração de energia elétrica, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

Caso os fornecedores de produtos e/ ou serviços da Companhia sofram impacto conjuntural, administrativo ou financeiro que afetem a entrega dos produtos ou serviços contratados, poderá haver um impacto adverso nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

Apesar da Companhia contratar preferencialmente empresas de renome internacional, eventuais problemas conjunturais, administrativos ou financeiros ocorridos nas empresas contratadas pela Companhia, que afetem de forma definitiva a entrega destes produtos ou serviços, podem levar a um impacto no resultado dos empreendimentos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

Caso os pagamentos devidos aos fornecedores de produtos e serviços sejam interrompidos, poderá haver impactos negativos nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

O não cumprimento, por parte da Companhia, do calendário de pagamento estabelecido com as empresas contratadas, que afetem de forma definitiva a entrega dos produtos ou serviços contratados pela Companhia, pode levar ao descumprimento dos cronogramas descritos nos contratos da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia, além de levar a um impacto importante no resultado dos empreendimentos pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos.

Faz parte das operações da Companhia, a compra regular de combustível para utilização em suas centrais termelétricas. Caso o fornecimento desse combustível não seja cumprido pela Eletronorte, ou venha a ser interrompido, poderá haver impactos negativos nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

O não cumprimento dos contratos de fornecimento de combustível firmados entre a Companhia, suas controladas e seus respectivos fornecedores, no caso a Eletronorte que estejam correlacionadas diretamente com a operação de suas unidades, pode impactar de forma adversa e relevante o resultado dos empreendimentos da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de obter o combustível necessário para o funcionamento de suas centrais termelétricas a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter contratos de longo prazo que assegurem todo o combustível que necessita para o regular funcionamento de sua usina térmica. Caso não seja capaz de manter o combustível para o funcionamento de sua usina térmica na quantidade necessária, as atividades de sua usina térmica poderão ser paralisadas temporariamente, prejudicando os negócios e o cumprimento dos contratos celebrados pela Companhia.

Caso os prestadores de serviço contratados pela Companhia causem dano ambiental, a Companhia pode ser responsabilizada na esfera civil, solidariamente, por sua reparação.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que, independe da culpa, alcança todos aqueles que direta e indiretamente estão relacionados com o dano. Diante disso, a Companhia pode ser responsabilizada, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um dos terceirizados por ela contratados, no exercício de atividades relacionadas aos seus empreendimentos e atividades como, por exemplo, no caso de dano ambiental relacionado com a destinação final dos resíduos gerados. Caso a Companhia seja considerada responsável por reparação ao meio ambiente, e se as medidas necessárias para tal reparação envolverem valores substanciais, as operações e os resultados da Companhia poderão ser relevante e negativamente impactados.

f) a seus clientes:

Os empreendimentos da Companhia têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs) advindos das distribuidoras de energia elétrica e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, causando impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

O atraso ou o não cumprimento das obrigações dos contratos bilaterais por parte das contratantes, distribuidoras de energia elétrica e da Eletrobrás, e a consequente redução de receita dos empreendimentos, pode afetar de forma negativa e significativa os faturamentos e resultados operacionais da Companhia.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue:

As operações da Companhia estão sujeitas à fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os empreendimentos de geração de energia elétrica, em especial os empreendimentos de geração de energia eólica, estão localizados em áreas com possível existência de itens de interesse arqueológico

4.1 Descrição dos fatores de risco

e histórico. Caso seja confirmado o interesse arqueológico dessas áreas, deveremos realizar o monitoramento e o resgate dos respectivos objetos, sob pena de sermos autuados pelo IPHAN, com o consequente embargo das atividades da Companhia.

Mudanças nos subsídios fiscais existentes ou futuros poderão ter efeito negativo relevante sobre os resultados da Companhia.

Certos benefícios fiscais e tributários (diferimento, isenção ou outros) que beneficiariam a Companhia podem não se efetivar, em especial em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, por parte dos Estados nos quais os projetos da Companhia se localizam. No caso da concessão destes benefícios fiscais e tributários não se efetivar, as estimativas econômico-financeiras da Companhia também podem não se concretizar, bem como pode haver a necessidade de desembolsos não previstos, fato que poderá causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O crescimento da Companhia por meio de licitações poderá ser negativamente afetado por futuras ações governamentais ou políticas relacionadas a outorgas das centrais de geração de energia elétrica no Brasil.

Nos editais de licitação para outorga de concessões, o poder concedente impõe certas exigências a todos os participantes de licitações para novas concessões, incluindo requisitos mínimos como, dentre outros, indicadores da estabilidade financeira do participante e/ou de seus acionistas. A Companhia não pode assegurar que será capaz de satisfazer todos os requisitos necessários para receber a outorga de novas concessões ou participar de novos processos licitatórios. As regras para a licitação de concessões de usinas de geração estão sujeitas a alterações, tanto no âmbito federal quanto estadual. A Companhia não pode assegurar que os processos licitatórios relativos a novas usinas de geração de energia irão de fato ocorrer. Caso tais licitações não ocorram, ou venham a ser colocadas em termos que não sejam economicamente viáveis ou atrativos para a Companhia, a expansão e diversificação do atual parque gerador poderá sofrer alterações negativas, e consequentemente, impactar de forma adversa a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Consumidores de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL podem reduzir a demanda inicialmente contratada. A Companhia pode não conseguir vender toda sua capacidade de geração de energia em ambos os ambientes.

De acordo com sua estratégia de negócios, a Companhia venderá energia elétrica tanto no ACR, por meio de leilões públicos, quanto no ACL. Pela Lei nº 10.848/04 (Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico), as distribuidoras adquirentes de energia negociada no ACR podem reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR para o ACL; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução está limitada a 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de março de 2004.

No ACL, a venda de energia é contratada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, os consumidores livres têm flexibilidade para reduzir um volume de aproximadamente 10% da energia originalmente contratada.

Caso as distribuidoras de energia elétrica e os consumidores livres que venham a adquirir energia de suas usinas decidam reduzir o montante de energia contratada, os negócios e operações da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos. Além disso, é impossível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrenta uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios à Companhia, é impossível assegurar que a Companhia obterá sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procure explorar neste segmento. A eventual incapacidade de implementar esta estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia.

h) à regulação dos setores em que o emissor atue:

As atividades desenvolvidas pela Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

De acordo com a legislação em vigor, a ANEEL é responsável, dentre outras obrigações, pela regulamentação e fiscalização do setor elétrico. Assim, as autorizações e concessões obtidas pela Companhia no âmbito de suas operações estão sujeitas à regulamentação emanada do MME, da ANEEL e de outras entidades setoriais. Na hipótese de eventual descumprimento das obrigações impostas à Companhia, e decorrentes de tal regulamentação, a ANEEL poderá intervir nas operações da Companhia para assegurar a adequada exploração do parque gerador e o cumprimento das normas aplicáveis, e/ou impor, de acordo com a gravidade da infração, as seguintes penalidades à Companhia: (i) advertência; (ii) multa; (iii) embargos ou restrições à construção de novas obras e equipamentos; (iv) suspensão temporária de participação em processos de licitação de novas concessões e autorizações; e/ou (v) caducidade da concessão ou autorização. A intervenção da ANEEL nas atividades ou a imposição de penalidades pela ANEEL à Companhia poderá causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Alterações na legislação referente ao setor elétrico podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

Em 15.03.2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico (Lei nº 10.848), que promoveu profundas mudanças no setor, dentre as quais destaca-se: (i) as regras relativas à compra e a venda de energia elétrica realizada entre as sociedades geradoras, concessionárias, permissionárias e autorizadas atuantes no setor, (ii) as regras para a licitação de empreendimentos de geração, (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e novos órgãos setoriais; e (iv) alteração nas competências do MME e da ANEEL. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, compete à ANEEL e ao MME regulamentarem o setor de energia elétrica no Brasil por meio de decretos, resoluções e outros atos normativos.

A alteração da regulamentação do setor elétrico no Brasil, seja pela introdução de novas leis, pelo julgamento das ações de inconstitucionalidade envolvendo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou pela edição ou alteração de normas pela ANEEL e/ou pelo MME, pode afetar as estratégias de negócio e o setor em que a Companhia atua, assim como causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

A Companhia cumpre integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis, e possui todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá sujeitar a Companhia à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, como ao pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados em que a Companhia atua poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de suas atividades, bem como na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões em que a Companhia atua, levando-a a incorrer em custos significativos para o atendimento de tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre a mesma.

As operações e instalações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, cuja inobservância poderá sujeita-la a sanções relevantes.

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo exigências de licenciamento ambiental para instalação e operação de suas centrais, visando à proteção da saúde e do meio ambiente. O cumprimento dessa legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas.

A inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades da Companhia, e na hipótese de disposição irregular de resíduos que causem poluição ou danos à saúde humana, podem implicar a imposição de sanções penais, previstas na Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Companhia.

Todas essas sanções e exigências podem ocasionar a perda de incentivos fiscais e a suspensão parcial ou total das atividades da Companhia, além de ter impacto negativo em suas receitas e resultados operacionais, ou ainda afetar adversamente a implantação e operação dos seus empreendimentos.

i aos países estrangeiros onde o emissor atue:

Este risco não se aplica, pois, a atuação da Companhia é restrita ao território brasileiro.

ii a questões sociais

As atividades realizadas pela Companhia e suas controladas operacionais envolvem impactos na vida e na entorno das comunidades, principalmente aquelas vizinhas à unidade operacional da Companhia. Entre esses impactos estão: tráfego de caminhões, aumento da movimentação de veículos e pessoas no entorno da unidade operacional da Companhia.

Além disso, é possível que os colaboradores ou fornecedores da Companhia e de suas controladas operacionais pratiquem condutas que violem direitos humanos, sendo que dessa forma a Companhia e suas controladas operacionais estejam solidariamente responsabilizadas em processos cíveis, trabalhistas, criminais e administrativos, sendo demandadas a arcarem com despesas com reparação ou remediação. Conseqüentemente, é possível que a Companhia e suas controladas operacionais tenha dificuldades para obter ou manter licenças de operação, e sua reputação seja negativamente afetada

iii questões ambientais

As questões socioambientais que podem impactar a operação da Companhia e de suas controladas operacionais, tais como (i) incêndios florestais acidentais ou provocados por uso indevido do fogo; (ii) ocupações irregulares (de pessoas e estruturas); (iii) descarte de resíduos nas áreas de sua responsabilidade; (iv) danos à biodiversidade provocados por suas atividades; (v) não conformidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

com leis e regulamentos; (vi) entraves no licenciamento ambiental; (vii) ocorrência de erosão do solo; (viii) fatores climáticos e naturais que possam afetar os ativos da companhia (ex.: vendavais, tornados, descargas atmosféricas, incêndios); (ix) manifestações sociais que afetem a infraestrutura e as atividades da empresa; (x) conflitos com proprietários de áreas de servidão; (xi) acesso não autorizado de terceiros nas instalações da empresa; (xii) ocorrência de acidentes decorrentes da interação da comunidade do entorno com os ativos da companhia; (xiii) violação de direitos humanos de colaboradores e terceiros, entre outros.

A ocorrência destes eventos pode gerar impactos à Companhia, tais como: (a) realização de compensações ou atendimento de condicionantes; (b) custos com indenizações por danos materiais, físicos ou mentais de colaboradores ou terceiros; (c) imposição de multas por órgãos competentes e agentes reguladores do mercado (ANEEL e ONS); (d) revogação de licenças, autorizações, permissões e/ou concessões, conforme o caso, bem como a suspensão das operações das usinas.

(i) Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios de empresas do setor de energia elétrica, inclusive os da Companhia.

As empresas atuantes no setor elétrico, em particular as geradoras de energia, estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades. Na hipótese de violação ou descumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações ou, em certos casos, podem ficar sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores). O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou instaurar ação civil pública visando à reparação e/ou ao ressarcimento de eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros. As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou adotar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica a empregar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive na obtenção ou renovação de licenças ambientais para instalações e equipamentos anteriormente não sujeitos a licenciamento ambiental. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, causando atrasos em cronogramas de implantação de projetos. Qualquer ação nesse sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e gerar um efeito adverso sobre os negócios e resultados da Companhia.

(ii) A ocorrência de danos ambientais, envolvendo as atividades da Companhia, pode sujeitá-la ao pagamento de substanciais de custos de recuperação ambiental, inclusive indenizações e sanções, que podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente de dolo ou culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, atribuindo responsabilidade pessoal aos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, a Companhia, seus acionistas e administradores poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir a Companhia de levar adiante ou retardar seus planos de investimento, o que poderá afetar adversamente os negócios e operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

l) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição;

(i) Condições hidrológicas e risco de escassez de energia.

Uma parte significativa da energia gerada no Brasil é proveniente de usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, o sistema elétrico brasileiro está sujeito às condições hidrológicas e ao risco de escassez de energia. A energia gerada a partir de fontes hidrelétricas é a fonte de energia mais utilizada no Brasil, e parte das usinas brasileiras geram energia através da fonte hidrelétrica. De acordo com o Boletim Mensal de Energia, estima-se que 47,4% da matriz energética de 2022 foi composta por fontes renováveis. A capacidade operacional das usinas hidrelétricas no Brasil depende fortemente dos níveis dos reservatórios e, conseqüentemente, das chuvas. Períodos estendidos de chuvas abaixo da média podem resultar em baixos níveis de reservatórios e baixa capacidade de operação hidrelétrica. As condições hidrológicas podem ser particularmente desafiadoras durante o período seco no Brasil, que normalmente ocorre entre maio e novembro.

m) j)outras questões compreendidas nos itens anteriores

(i) Riscos de segurança cibernética

As operações da Companhia são dependentes de sistemas e serviços de tecnologia da informação e de telecomunicações. As interrupções momentâneas ou o mau funcionamento que afete esses sistemas e suas infraestruturas, causados por obsolescência, falhas técnicas e/ou atos intencionais, podem prejudicar, ou mesmo paralisar os negócios e impactar adversamente as operações e a reputação da Companhia. Com o intuito de mitigar quaisquer danos, atualmente toda a infraestrutura da Companhia é segmentada sem comunicação entre as redes corporativa e operacional. Além disso, falhas de segurança da informação, incluindo sistemas de automação, em função de ações externas, intencionais ou não, tais como: (i) malwares, (ii) hackers, (ii) ciberterrorismo, (iii) ações internas tais como: negligência ou uso indevido de ativos de TI por parte de colaboradores, contratados ou prestadores de serviços da Companhia, podendo causar impactos nos negócios e na reputação da Companhia no relacionamento com partes interessadas e com órgãos externos (governo, órgãos reguladores, parceiros, fornecedores, entre outros), causando assim impactos severos nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(ii) Riscos relativos ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados

Não faz parte do *core business* da Companhia coletar dados pessoais por meio de plataforma eletrônica. A Companhia faz uso de dados pessoais efetivamente relevantes e necessários para as finalidades declaradas aos titulares dos dados, sendo estas relacionadas ao trabalho/emprego/benefícios, à visitação pública, à comunicação digital e aspectos comerciais/concorrenciais. Em cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), a Companhia aprovou em seu Conselho de Administração, em 22/04/2021, a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados, esta regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais, no âmbito de suas operações. A estrutura de segurança para os dados foi estabelecida segundo os requerimentos da Lei, visando assegurar o direito à privacidade e à proteção aos dados pessoais de todas as pessoas naturais que, por diferentes motivos, fornecem seus dados à Companhia e garantir ao titular dos dados a confiança em relação à segurança e forma de utilização de seus dados. Por último, demonstrando que o tratamento de dados pessoais no âmbito da Companhia é realizado com integridade, confidencialidade e responsabilidade.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. Os instrumentos financeiros formalizados pela Companhia estipulam determinadas obrigações que, no caso de inadimplência, podem afetar adversamente a condição financeira e a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

Como parte de sua estratégia, para implementação e manutenção de seus projetos, a Companhia utilizou instrumentos financeiros para captação de recursos. Todos contém obrigações em seus contratos, dos quais muitos exigem manutenção de determinados níveis financeiros ou cumprimento de condições operacionais e outras obrigações. Na eventualidade de inadimplência com relação às obrigações contidas nos contratos desses instrumentos financeiros, os detentores da dívida poderão exigir o pagamento antecipado dos valores pendentes e do principal.

Dessa maneira, os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para quitar integralmente os respectivos valores, podendo ser necessário uma repactuação da dívida. Esse evento pode afetar de forma adversa a condição financeira e a capacidade de a Companhia operar seus negócios.

2. A Companhia pode ser responsável por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

A Companhia pode ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, e não pode garantir que as apólices de seguro por ela contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância, por parte de seus subcontratados, em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia, ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre os negócios e sobre a condição financeira da Companhia.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impactar financeiramente as receitas e os resultados operacionais da Companhia, assim como seus planos de investimento em outras áreas

3. A Companhia não é proprietária das terras dos empreendimentos sob os quais estão instaladas suas centrais geradoras de energia elétrica eólica, e nesses casos, a Companhia firmou contratos de arrendamento com diversos detentores dessas terras. Eventuais discussões com detentores das áreas podem impactar os negócios da Companhia.

Em especial os parques eólicos da Companhia, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, situam-se em área de histórico conflito fundiário, ora com superposição de titulação sobre uma mesma área, ora com posseiros, com relação aos quais a Companhia está sujeita a certos riscos.

4. A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia que se obrigou contratualmente a entregar, podendo resultar em efeito adverso à Companhia.

Nos contratos de compra e venda de energia elétrica, a Companhia obrigou-se a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. Caso a Companhia não seja capaz, ou seja, impedida de gerar energia elétrica em montante suficiente para cumprir as obrigações

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

assumidas, a Companhia pode ter uma redução da receita estimada, o que poderá afetar adversamente o fluxo de caixa e resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a adquirir energia por meio da celebração de contratos de energia de curto prazo, normalmente mais custosos, para atender as obrigações, o que pode comprometer a situação financeira e a qualidade dos serviços da Companhia frente aos consumidores

5. Decisões judiciais desfavoráveis podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia é, e pode vir a ser, parte em diversos processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais de natureza cível, trabalhista, previdenciária ou tributária, iniciados ocasionalmente como resultado do curso normal de seus negócios, os quais poderão envolver questões comerciais ou civis, regulatórias, imobiliárias, ambientais, trabalhistas, previdenciárias ou tributárias, entre outras. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos interesses da Companhia. Na hipótese dos resultados de tais processos serem decisões judiciais desfavoráveis, os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Companhia está exposta aos riscos de mercado inerentes às suas operações, que compreendem, os riscos de variações de índices macroeconômicos, financeiros, creditícios e de juros. Ademais, o risco de liquidez é relevante e deve ser considerado.

A Companhia acompanha constantemente alterações nos cenários macroeconômico e setorial que tenham risco de influenciar suas atividades de alguma forma. Este acompanhamento inclui análises da atividade econômica, da oferta e da demanda de sua operação.

Risco Regulatório

A atividade da Companhia é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que implementa as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (“MME”), órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. As instituições do setor elétrico brasileiro têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os seus negócios, incluindo sobre a produção de energia, que segue o despacho centralizado realizado pelo ONS.

Risco de taxa de juros e índices de preços

A Companhia está sujeita a efeitos decorrentes da variação da taxa de juros (CDI, TR, Selic, TJLP etc.), e outros indexadores de dívidas especialmente em razão da indexação tanto do seu serviço quanto de seus financiamentos a essas taxas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, os custos relativos ao endividamento da Companhia crescem, bem como o impacto no rendimento das aplicações financeiras, podendo impactar a situação financeira e a perspectiva de crescimento da Companhia.

Risco de variação cambial

As variações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento de custos. A Companhia possui contratos de fornecimento de insumos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, dessa forma, eventuais variações sobre a política cambial adotada no Brasil podem alterar as taxas cambiais e conseqüentemente alterar o valor das contratações de fornecimento da Companhia, assim como a realização dos fluxos de caixa futuros, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros e as perspectivas da Companhia.

Risco de Crédito

A Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com rating A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira. O saldo de contas a receber da Companhia está relacionado às empresas Eletronorte na controlada RAESA e ENBPARG (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional) na controlada NEO.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

Abaixo, segue relação e descrição dos processos judiciais e administrativos, base 31/12/2023, nos quais a Companhia figura no polo passivo ou ativo e que são mais relevantes para os negócios da Companhia.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa o patrimônio da Companhia, a sua capacidade financeira ou os negócios, sendo também considerados outros fatores relevantes à tomada de decisão por parte do público investidos, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a certa prática ou riscos jurídicos relacionados à atividade da Companhia.

i. Administrativos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo administrativo relevante.

ii. Cíveis

Destacamos abaixo os processos cíveis que consideramos relevantes, nos quais a Companhia é parte, com informações em 31/12/2023:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0022426-69.2013.4.01.3400 | |
|--|---|
| a. Juízo | 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF |
| b. Instância | 1ª Instância |
| c. Data de Instauração | 06.05.2013 |
| d. Partes no Processo | Autores: Termelétrica Termopower V S.A., Multiner S.A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Réu: ANEEL |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | Sem valor definido. |
| f. Principais Fatos | <p>Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de anular os efeitos dos Resoluções Autorizativas ANEEL nº 3672/2012 e nº 3673/2012 e do Despacho nº 2863/2012, que determinaram a revogação das outorgas dos empreendimentos denominados UTE Termopower V e UTE Termopower VI, com pedido liminar para manter vigentes os CCEAR's. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Apresentada Contestação em 26/07/2013 e Réplica em 04/09/2013. Provas especificadas em 21.02.2014 e 07.05.2014.</p> <p>Em 2017 foi proferida sentença de improcedência do pedido, tendo sido interposto recurso de apelação pelos autores, pendente de julgamento.</p> |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Processo com sentença de improcedência do pedido inicial. |
| h. Estágio do processo | Processo em grau recursal, aguardando julgamento de recurso em 2ª instância |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Poderá devolver o direito de instalação das usinas autoras ou se ver ressarcida pelos prejuízos da não implantação. |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Revogação das outorgas de Termopower V e Termopower VI e aplicação de penalidades. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0061003-53.2012.4.01.3400 | |
|--|--|
| a. Juízo | 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF |
| b. Instância | 1ª Instância |
| c. Data de Instauração | 17.12.2012 |
| d. Partes no Processo | Autores: Termelétrica Pernambuco IV S.A.; Multiner S.A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Réu: ANEEL |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 32.938.360,00 (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna). |
| f. Principais Fatos | Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de suspender os efeitos dos atos administrativos que determinaram a execução do seguro-garantia apresentado pela autora, consubstanciados nos Ofícios nºs 357/2012 e 609/2012 e quaisquer outros proferidos prévia ou posteriormente. Em 25/01/2013 foi concedida tutela antecipada para suspender o procedimento administrativo de execução das garantias de fiel cumprimento. Contestação apresentada em 08/03/2013. Em 10/06/2013 o Juiz manteve a decisão deferindo a medida cautelar em caráter incidental. Em novembro de 2019 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido, com apelação interposta pelas autoras, pendente de julgamento. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Sentença de improcedência aguardando julgamento de recurso no Tribunal. |
| h. Estágio do processo | Aguardando Julgamento de recurso em 2ª instância |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Risco de execução da garantia |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0053628-98.2012.4.01.3400 | |
|--|---|
| a. Juízo | 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF |
| b. Instância | 1ª Instância |
| c. Data de Instauração | 06.11.2012 |
| d. Partes no Processo | Autor (es): Termelétrica Monte Pascoal S.A.; Termelétrica Itapebi S.A. e Multiner S.A. Réu: ANEEL |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 20.431.000,00 (valor efetivo dependerá de apuração oportuna). |
| f. Principais Fatos | Trata-se de Ação Anulatória, com objetivo de declarar nulidade das decisões administrativas da ANEEL que determinaram: (i) a execução dos seguros-garantia dos empreendimentos Monte Pascoal e Itapebi; (ii) a abertura de processo administrativo de declaração de inidoneidade em desfavor de Itapebi, Monte Pascoal e Multiner. Em 12/11/2012 foi concedida tutela antecipada às autoras para suspender ambos processos administrativos. A Ré apresentou contestação no prazo legal. Em 27/09/2013 as Autoras apresentaram Réplica. Em agosto de 2016 foi proferida sentença de procedência para declarar nulidade dos despachos da Aneel, permitindo, porém, o direito da Aneel de proceder à cobrança das apólices dos seguros-garantia, após a apuração do quanto devido, por procimento específico a esta finalidade. , com recurso de apelação interposto pela Aneel, pendente de julgamento, . |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Sentença de procedência do pedido, entendendo pela necessidade de processo administrativo para apuração dos supostos danos. |
| h. Estágio do processo | Processo em 2ª instância, aguardando julgamento de recurso. |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Risco de execução da garantia |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo n° 00173042-92.2017.8.19.0001 | |
|--|---|
| a. Juízo | Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro |
| b. Instância | Juízo de Primeiro Grau |
| c. Data de Instauração | 11/07/2017 |
| d. Partes no Processo | Autor: Fundiágua Réu: Multiner S.A. |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 15.108.000,00 |
| f. Principais fatos | Fundiágua propôs ação de execuçãoem face da Multiner referente a CCB's que entende terem vencido e que não foram repactuadas. Foi apresentada exceção de pré-executividade tendo sido declinada competência da Vara, para que fosse remetida a uma vara Cível. Foram apresentados embargos declaratórios, estando o feito aguardando julgamento. Os Autos encontram-se suspensos por conveniência das partes. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Processo suspenso por conveniencia das partes, sem decisão definitiva |
| h. Estágio do processo | Processo suspenso |
| i. Chance de Perda | Remoto |
| j. Motivo pelo qual processo é considerado relevante | Alto valor envolvido |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Obrigatoriedade em efetuar o pagamento das CCB's. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo n° 0103467-36.2013.8.19.0001 | |
|--|---|
| a. Juízo | 12ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro |
| b. Instância | Juízo de Primeiro Grau |
| c. Data de Instauração | 27.03.2013 |
| d. Partes no Processo | Autor: Multiner S.A. e Réu: Mundo Limpo S.A. |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 1.005.140,06 |
| f. Principais fatos | MULTINER S/A moveu ação de cobrança em face de MUNDO LIMPO S/A, objetivando a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.005.140,06 (um milhão cinco mil cento e quarenta reais e seis centavos) referente a contrato de mútuo celebrado entre as partes que não foi adimplido pela Ré. Pedido julgado PROCEDENTE em 27.11.2014 e transitado em julgado em 13.05.2015. Atualmente o processo está em fase de execução do valor da condenação. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Sentença, acórdão ambos favoráveis à Multiner entendendo pelo direito dessa executar os créditos. |
| h. Estágio do processo | Tentando localizar bens, direito e dinheiro em nome da executada para liquidação do crédito. |
| i. Chance de Perda | Provável |
| j. Motivo pelo qual processo é considerado relevante | Expectativa de valores relevantes a receber para a Companhia. |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Não recebimento do valor cobrado. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0062518-24.2013.8.17.0001 | |
|--|---|
| a. Juízo | 13ª Vara Cível da Comarca de Recife – PE |
| b. Instância | Juízo Cível |
| c. Data de Instauração | 31.07.2013 |
| d. Partes no Processo | Réus: Termelétrica Pernambuco IV S.A, UTE Pernambuco IV Autor: Construtora Jole Ltda. |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 4.656.602,84 |
| f. Principais fatos | Ação ordinária de cobrança, decorrente de construção de estruturas na Usina ré a ser implantada. A requerida apresentou defesa demonstrando que dos 3 contratos um deles já havia sido inteiramente pago e quanto aos outros, não havia o que ser pago pugnando pela exceção de incompetência em razão do foro de eleição, e reconvenção foi proposta para cobrar o dobro do que foi indevidamente cobrado. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Processo sem decisão de mérito, ainda em fase de instrução |
| h. Estágio do processo | Fase de instrução |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Altos valores envolvidos |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Pagamento do valor em discussão e na reconvenção recebimento do valor em dobro cobrado indevidamente. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 1080022-53.2022.8.26.0100 | |
|--|---|
| a. Juízo | 08ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - SP |
| b. Instância | Juízo Cível |
| c. Data de Instauração | 29/07/2022 |
| d. Partes no Processo | Réu: Rio Amazonas Energia S.A. Autor: Tokio Marine Seguradora S.A. |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 15.081.229,91 |
| f. Principais fatos | Ação anulatória, que visa anular acordo judicial feito entre as partes em decorrência de um sinistro de um dos motores da UTE. Processo encontra-se em fase inicial de instrução, sem previsão de julgamento. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Sem decisão de mérito na ação |
| h. Estágio do processo | Fase de instrução |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Altos valores envolvidos |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Devolução dos valores pagos a título de seguro do motor decorrente de sinistro ocorrido. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0002871-45.2012.8.20.0100 | |
|--|---|
| a. Juízo | 01ª Vara Cível da Comarca de Assu - RNSP |
| b. Instância | Juízo Cível |
| c. Data de Instauração | 18/12/2012 |
| d. Partes no Processo | Réu: New Energy Options Geração de Energia S.A. Autor: Colassu Empreendimentos Imobiliários Ltda. |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 2.200.000,00 |
| f. Principais fatos | Ação de reintegração de posse c.c. com pedido de indenização por danos materiais e morais, onde alega a empresa autora ter prospectado um imóvel pertencente aos demais réus, no intuito de construir um empreendimento imobiliário. Contudo, afirma ter sido surpreendida, ao realizar um de seus levantamentos na área, por deparar-se com 2 torres para suporte de linhas de transmissão elétrica, ali colocadas pela New Energy. O feito encontra-se em grau de recurso, tendo sido exarada sentença em 2022 dando procedencia no pedido dos autores. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Sentença e acórdão procedente, condenando a NEO ao pagamento dos valores decorrentes do arrendamento da área do autor, desde a entrada em operação até os dias atuais. |
| h. Estágio do Processo | Início da discussão do cumprimento de sentença |
| i. Chance de Perda | Provável |
| j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Processo com valores relevantes em discussão e dada sobreposição de área na região |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Pagamentos dos valores decorrentes do aluguel da área. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0004421-05.2016.8.07.0001 | |
|--|---|
| a. Juízo | 3ª Vara das execuções de Títulos extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal |
| b. Instância | 1ª instância |
| c. Data de Instauração | 19.02.2016 |
| d. Partes no Processo | Autor: Postalis Réu: Rio Amazonas Energia S.A. e Multiner S.A |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 129.000.000,00 |
| f. Principais fatos | Ação de execução de Cédulas de Crédito Bancário onde figura como credora a exequente Postalis em face da Rio Amazonas Energia S.A. e Multiner. Decisão cde primeiro grau julgou extinta a execução por entender que essa foi proposta com cópias das CCB'S. Foi interposto Recurso de apelação pela exequente tendo o Tribunal reformado a decisão e entendido pela regularidade na execução dos títulos através de cópias. Foi interposto Recurso Especial por parte dos executados, os quais foram admitidos. Em paralelo Postalis propôs execução provisória do julgado, em tramite na mesma vara, sob o nº 0719834-80.2017.8.07.0001. Todos os feitos estão suspensos desde dezembro de 2018, em decorrência de stand still assinado entre as partes, visando chegar a um acordo. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Sentença: Julgou improcedente a ação proposta pelo autor, entendendo que este não possuía um título executivo; Acórdão provido para declarar como exigível o título exequendo. Autos em instância excepcional aguardando julgamento no STJ. Processo suspenso por conveniência das partes. |
| h. Estágio do processo | Processo suspenso por conveniência das partes |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual processo é considerado relevante | Alto valor envolvido |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Obrigatoriedade em efetuar o pagamento das CCB's. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0943451-42.2023.8.19.0001 | |
|--|---|
| a. Juízo | 14ª Vara Cível Comarca do Rio de Janeiro - RJ |
| b. Instância | Juízo de Primeiro Grau |
| c. Data de Instauração | 26/10/2023 |
| d. Partes no Processo | Autor: Fubdação Celesc de Seguridade Social ("CELOS") Réu: Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 49.354.800,98 |
| f. Principais fatos | Trata-se de ação de execução de título extrajudicial proposta por Celos em face da RAESA, onde visa receber os valores decorrentes das Cédulas de Crédito Bancário da qual afirma ser credora. Processo em fase de apresentação de embargos à execução. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Ainda não existem decisões no processo. |
| h. Estágio do processo | Processo em fase ainda de instrução, sem mandado executório. |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual processo é considerado relevante | Valor envolvido se mostra relevante |
| j. Análise do impacto em caso de perda do processo | Desembolso do valor devido, devidamente atualizado. |
| l. Valor do impacto em caso de perda do processo | R\$ 49.354.800,98 |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0060400-77.2012.4.01.3400 | |
|--|--|
| a. Juízo | 7ª Vara Federal Cível do JFDF – Distrito Federal |
| b. Instância | Juízo de Primeiro Grau |
| c. Data de Instauração | 02.12.2012 |
| d. Partes no Processo | Autor: New Energy Options Geração de Energia S.A.. Réu: Agência Nacional de Energia Elétrica |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | Sem valor definido. |
| f. Principais fatos | Trata-se de ação ordinária proposta pela NEO em face da Aneel, visando a manutenção do parque alegria II no Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Processo com liminar deferida desde de 29/01/2013, sem mérito julgado. |
| h. Estágio do processo | Fase de encerramento da instrução |
| i. Chance de Perda | Remota |
| j. Análise do impacto em caso de perda do processo | Rescisão do contrato com a Eletrobrás - PROINFA. |
| k. motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Impacta diretamente o funcionamento e recebimento de receita da UEE Alegria II |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 1001784-77.2021.4.01.3400 | |
|--|---|
| a. Juízo | 22ª Vara Federal Cível do JFDF – Distrito Federal |
| b. Instância | Juízo de Primeiro Grau |
| c. Data de Instauração | 15.01.2021 |
| d. Partes no Processo | Autor: Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”) Réu: Agência Nacional de Energia Elétrica e União Federal |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 55.000.550,17 |
| f. Principais fatos | Trata-se de ação ordinária, visando o enquadramento da conversão da operação da UTE CRISTIANO ROCHA a gás natural no mecanismo de sub-rogação dos benefícios da CCC e o reembolso dos investimentos realizados pela autora. Em setembro de 2023 foi proferida sentença de improcedência do pedido, com condenação da autora em honorários de sucumbência, sendo opostos embargos de declaração pela autora, pendente de julgamento pelo juízo de primeiro grau. |
| g. Resumo das decisões de mérito proferidas | Processo com sentença de improcedência do pedido inicial. |
| h. Estágio do processo | Processo aguardando julgamento de embargos de declaração em 1ª instância. |
| i. Chance de Perda | Possível |
| j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante | Perda do direito à sub-rogação dos benefícios da CCC. |
| k. Análise do impacto em caso de perda do processo | Não recebimento do reembolso dos investimentos. |

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

i. Contingências Cíveis

Destacamos abaixo os valores dos processos cíveis que consideramos relevantes, nos quais a Companhia é parte, com informações em 31/12/2023:

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 0022426-69.2013.4.01.3400 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | A ser apurado. |

| | |
|---|--|
| Processo nº | 0061003-53.2012.4.01.3400 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | A ser apurado. (Risco perante a seguradora do pagamento do prêmio) |

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 0053628-98.2012.4.01.3400 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | A ser apurado. |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Processo nº | 00173042-92.2017.8.19.0001 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | R\$ 15.108.407,16. |

| | |
|---|--|
| Processo nº | 0103467-36.2013.8.19.0001 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | Não há perda. A Companhia deixaria de receber a quantia de R\$ 2.029.065,50. |

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 0062518-24.2013.8.17.0001 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | R\$ 9.541.000,00 |

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 1080022-53.2022.8.26.0100 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | R\$ 15.081.229,91 |

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 0002871-45.2012.8.20.0100 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | R\$ 4.640.000,93 |

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 0004421-05.2016.8.07.0001 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | R\$ 155.000.000,00 |

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 0943451-42.2023.8.19.0001 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | R\$ 49.354.800,98 |

| | |
|---|----------------------------------|
| Processo nº | 0060400-77.2012.4.01.3400 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | A ser apurado |

| | |
|---|--|
| Processo nº | 1001784-77.2021.4.01.3400 |
| i. Valor atualizado do impacto em caso de perda do processo em 31/12/2023 | R\$ 6.401.388,00 (imediate, pois a perda também seria do que deixaríamos de ganhar). |

ii. Contingências Trabalhistas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo de natureza trabalhista relevante.

iii. Contingências Tributárias

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo de natureza tributária relevante.

iv. Contingências Ambientais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo relevantes de natureza ambiental.

v. Outros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial, arbitral ou administrativo além daqueles descritos nesta seção 4.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não há processos que estejam sob sigilo, em que a Companhia seja parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.4 e 4.5.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Todas as contingências relevantes da Companhia foram mencionadas nos itens 4.4, 4.5 e 4.6 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**
 - i. os riscos para os quais se busca proteção**
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção**
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

De acordo com o relatório preparado e encaminhado por nossos auditores independentes, relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas deficiências significativas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Não foram identificadas deficiências significativas pela auditoria contratada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. no exercício de 2023.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A Companhia possui instrumentos importantes para este fim, tais como: “*Política de Anticorrupção e Antissuborno*” e “*Política de Brindes, Presentes e Hospitalidade*” ambas em vigor desde 2018 e revisadas em agosto de 2020. Essas políticas foram desenvolvidas com base na Lei 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”) e no Decreto 8.420/2015.

Esses documentos foram criados de acordo com avaliação de riscos de conformidade, estabelecendo as melhores práticas de gestão da ética em cada caso, tendo em vista as características setoriais em que se insere o negócio da Companhia. Esses instrumentos são reavaliados com periodicidade anual, conforme estabelecido pela estrutura de governança da Companhia ou a qualquer momento, se necessário.

A prioridade é garantir a efetividade do Programa de Compliance, incentivando o processo de elaboração de políticas corporativas, normas internas e procedimentos, dando o suporte necessário às áreas de negócio, para que todos os colaboradores conheçam suas obrigações individuais e condutas esperadas pela Companhia e que possam realizar suas atividades de forma eficiente, tendo em vista os padrões éticos estabelecidos. Outros fatores que reforçam a efetividade do Programa são a definição de responsabilidades e a segregação das atividades, de forma a evitar o conflito de interesses.

A adoção de indicadores de gestão como instrumentos de supervisão dos controles internos permite a contínua avaliação dos riscos associados às atividades da Companhia, dessa forma, avalia-se se os objetivos do Programa de Compliance estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos, assim como as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, assegurando que quaisquer desvios possam ser identificados, tratados e prontamente corrigidos

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

A Companhia possui uma área de Compliance que lidera o processo de Gestão do Programa de Compliance da Companhia. Esta área é responsável pelos Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria. A área é composta por 3 profissionais e foi criada pela Diretoria Executiva em 2017. A área de Compliance reporta-se diretamente Comitê Gestor da Companhia, sendo que sobre os assuntos relacionados à Ética, reporta-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

5.3 Programa de integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética é aplicável a todas as partes relacionadas da Companhia.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

Levando em consideração o tamanho e as características da Companhia, entendemos que um treinamento anual acompanhado de palestras em vídeo, disponíveis nos veículos de comunicação da Companhia, atinge os objetivos da disseminação e a atualização dos conceitos estabelecidos no Código de Conduta Ética e Profissional.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

A aplicação de medidas disciplinares por conta de violação dos padrões éticos estabelecidos, são mencionadas no Código de Conduta Ética e Profissional e estão em consonância com a Consolidação das Leis do Trabalho.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Código de Ética foi aprovado pela Diretoria Executiva em 25/10/2017 e o documento pode ser consultado no site da Companhia conforme endereço: www.multiner.com.br/compliance

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncia independente, gerido por uma empresa terceirizada denominada "Contato Seguro", contratada pela Companhia, responsável pelo recebimento de toda e qualquer denúncia.

(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O canal está aberto para recebimento de denúncias de empregados, terceiros e fornecedores, ou seja, todo o ecossistema da Companhia.

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

A plataforma gerida pela Contato Seguro é inviolável conforme certificação de segurança da informação obtida pelo referido fornecedor. O Código de Ética da Companhia menciona especificamente no tópico sobre Canal de Denúncias que que "a Companhia proíbe expressamente qualquer retaliação contra o denunciante de boa-fé e que os relatos são tratados com total confidencialidade". Em todos os veículos utilizados para registro de denúncias, a

5.3 Programa de integridade

Companhia garante o sigilo das informações e a proteção da identidade dos envolvidos.

(iv) Órgão do Emissor Responsável pela Apuração de Denúncias:

O Comitê de Ética da Multiner, formado por 3 profissionais que representam as áreas de Compliance, Gestão de Pessoas e Jurídico, é responsável pela apuração das denúncias. A área de Compliance, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Controladora da Companhia é responsável pelo processo investigativo. Os membros do Comitê de Ética têm como função: análise, verificação e resposta aos denunciantes nos termos do Regimento interno do Comitê de Ética.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve nenhuma ocorrência, tais como desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos três últimos exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

O emissor possui uma “*Política Anticorrupção e Antissuborno*”, conforme informado na alínea “a” acima.

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Desde o ano de 2017, a Companhia tem implantado processos formais de compliance, em todas as unidades operacionais que compõem a Multiner S.A, inclusive com a constituição de uma área responsável por essa prática liderada por um profissional especializado em compliance.

Dentre das principais atividades sob responsabilidade da área de Compliance, destacam-se:

- Avaliação de riscos de compliance;
- Elaboração e gestão do Código de Ética;
- Atendimento aos relatos recebidos através do Canal de Denúncias;
- Realização de *due diligences* para *onboarding* de novos fornecedores;
- Elaboração de Políticas e Procedimentos da área de compliance;
- Treinamentos para todos os colaboradores e representantes de terceiros, referentes ao Código de Ética e Canal de Denúncias;
- Disseminação de cultura de trabalho ética e com respeito à integridade;
- Realização de auditorias internas de processos;
- Desenvolvimento de instrumentos para supervisão dos Controles Internos.
- Gestão de documentos da Companhia

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| BOLOGNESI ENERGIA S.A. | | | | | |
| 11.664.185/0001-55 | Brasil | Sim | Sim | 21/11/2017 | |
| Não | | | | | |
| 2.708.534 | 34,382 | 2 | 0,000 | 2.708.536 | 18,399 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| Preferencial Classe C | 1 | 100,000 | 0,000 | 0,000 | |
| Preferencial Classe D | 1 | 100,000 | 0,000 | 0,000 | |
| Ordinária Classe A | 2.708.534 | 66,233 | 34,382 | 18,399 | |
| BRASILERM ENERGIA S.A. | | | | | |
| 13.744.492/0001-71 | Brasil | Sim | Sim | 21/11/2017 | |
| Não | | | | | |
| 1.380.846 | 17,528 | 0 | 0,000 | 1.380.846 | 9,380 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| Ordinária Classe A | 1.380.846 | 33,767 | 17,528 | 9,380 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA | | | | | | |
| 10.381.075/0001-13 | Brasil | Não | Não | 21/11/2017 | | |
| Não | Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. | | Jurídica | 05.451.668/0001-79 | | |
| 3.788.360 | 48,089 | 6.843.555 | 100,000 | 10.631.915 | 72,221 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| Preferencial Classe A | 311.344 | 100,000 | 4,549 | 2,115 | | |
| Preferencial Classe B | 6.532.211 | 100,000 | 95,451 | 44,373 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 7.877.740 | 53,513 | 6.843.557 | 46,487 | 14.721.297 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| BOLOGNESI ENERGIA S.A. | | | | 11.664.185/0001-55 | | |
| RONALDO MARCELIO BOLOGNESI | | | | | | |
| 008.006.600-30 | Brasil | Sim | Sim | 20/04/1942 | | |
| Não | | | | | | |
| 67.496.505 | 99,981 | 0 | 0,000 | 67.496.505 | 99,981 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 13.050 | 0,019 | 0 | 0,000 | 13.050 | 0,019 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 67.509.555 | 100,000 | 0 | 0,000 | 67.509.555 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| BRASILTERM ENERGIA S.A. | | | | 13.744.492/0001-71 | | |
| HIDROTÉRMICA S.A. | | | | | | |
| 02.281.472/0001-95 | Brasil | Não | Sim | 29/09/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 40.010.000 | 100,000 | 0 | 0,000 | 40.010.000 | 100,000 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 40.010.000 | 100,000 | 0 | 0,000 | 40.010.000 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA | | | | 10.381.075/0001-13 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 683 | 100,000 | 0 | 0,000 | 683 | 100,000 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 683 | 100,000 | 0 | 0,000 | 683 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| HIDROTÉRMICA S.A. | | | | 02.281.472/0001-95 | |
| BOLOGNESI ENERGIA S.A. | | | | | |
| 11.664.185/0001-55 | Brasil | Não | Sim | 31/12/2021 | |
| Não | | | | | |
| 205.285.358 | 78,670 | 0 | 0,000 | 205.285.358 | 78,670 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| OUTROS | | | | | |
| 55.659.549 | 21,330 | 0 | 0,000 | 55.659.549 | 21,330 |
| TOTAL | | | | | |
| 260.944.907 | 100,000 | 0 | 0,000 | 260.944.907 | 100,000 |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| BOLOGNESI ENERGIA S.A. | | | | 11.664.185/0001-55 | | |
| RONALDO MARCELIO BOLOGNESI | | | | | | |
| 008.006.600-30 | Brasil | Não | Sim | 24/04/1942 | | |
| Não | | | | | | |
| 67.496.505 | 99,981 | 0 | 0,000 | 67.496.505 | 99,981 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 13.050 | 0,019 | 0 | 0,000 | 13.050 | 0,019 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 67.509.555 | 100,000 | 0 | 0,000 | 67.509.555 | 100,000 | |

6.3 Distribuição de capital

| | |
|--|------------|
| Data da última assembleia / Data da última alteração | 21/11/2017 |
| Quantidade acionistas pessoa física | 0 |
| Quantidade acionistas pessoa jurídica | 2 |
| Quantidade investidores institucionais | 1 |

Ações em Circulação

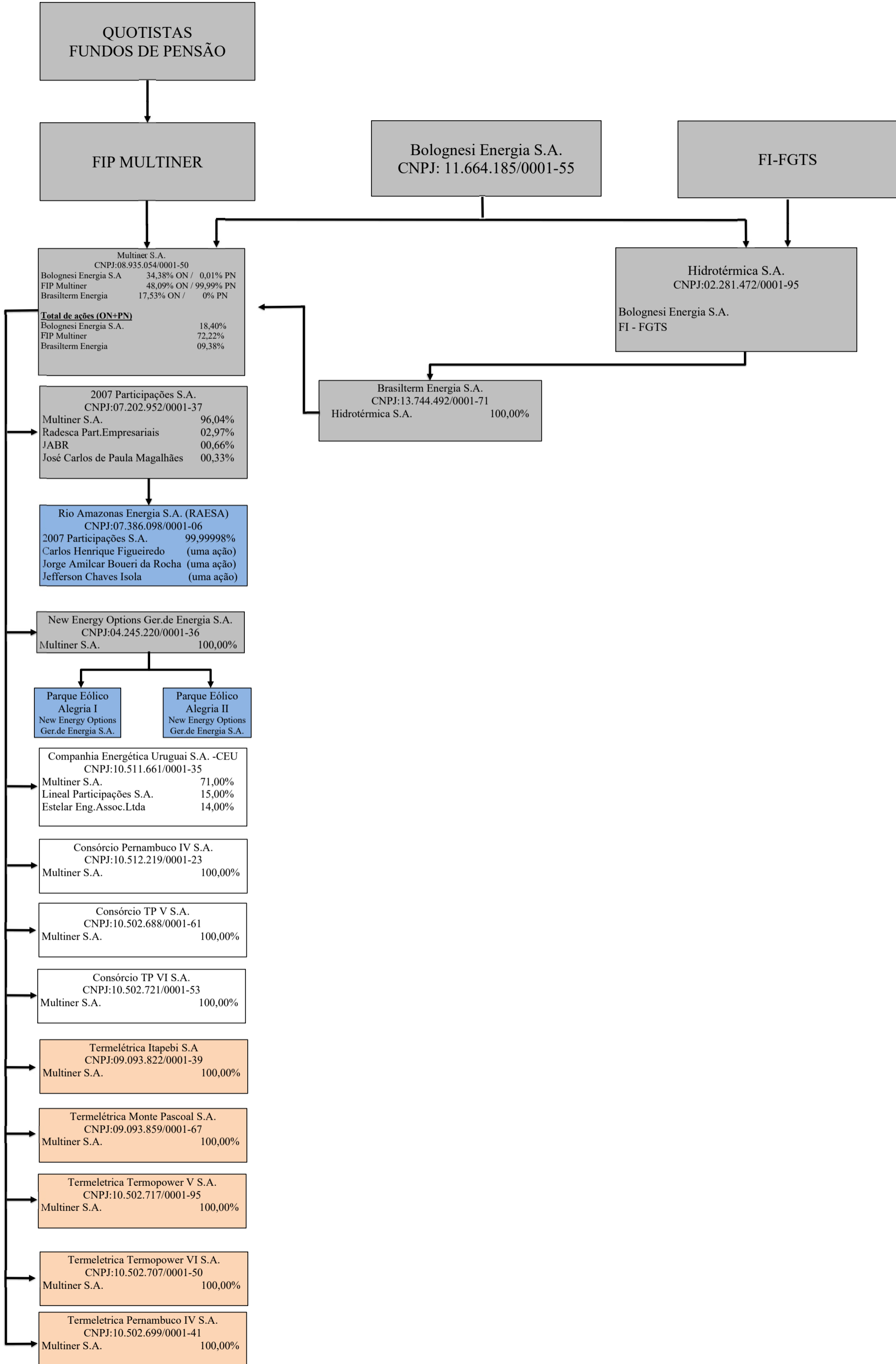
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

| | | |
|--------------------------|-------------------|-----------------|
| Quantidade ordinárias | 7.877.740 | 100,000% |
| Quantidade preferenciais | 6.843.557 | 100,000% |
| Total | 14.721.297 | 100,000% |

Classe de Ação

| | | |
|-----------------------|---------|------|
| Preferencial Classe A | 311344 | 100% |
| Preferencial Classe B | 6532211 | 100% |
| Preferencial Classe C | 1 | 100% |
| Preferencial Classe D | 1 | 100% |

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 6 foram descritas nos itens acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. - Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia não possui regimento interno próprio e comitê de auditoria estatutário.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) Eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (iii) Atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada, observado o disposto neste Estatuto;
- (iv) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (v) Deliberar a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6404/76);
- (vi) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reporta-se-á ao Conselho de Administração;
- (viii) Convocar os auditores independente para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (ix) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão a Assembleia Geral;
- (x) Aprovar os planos de trabalho, os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- (xi) Avaliar e encaminhar à Assembleia Geral o plano quinquenal de negócios da Companhia;
- (xii) Manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- (xiii) Deliberar sobre aumento do capital e sobre a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, nos limites autorizados no Artigo 5º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- (xiv) Aprovar e alterar a estrutura organizacional da Companhia;
- (xv) Aprovar a política salarial da Companhia;
- (xvi) Fixar e alterar a divisão da remuneração global anual da Administração da Companhia fixada e aprovada pela Assembleia Geral;
- (xvii) Eleger o Presidente do Conselho de Administração;
- (xviii) Aprovar as chamadas para integralização de capital, com base em deliberação da Diretoria que indique justificadamente a necessidade e a destinação dos recursos;
- (xix) Definir lista tríplex de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2;
- (xx) Aprovação do Plano de Negócios, dos orçamentos anuais e/ou plurianuais da Companhia e de suas controladas, bem como qualquer de suas alterações;
- (xxi) Aprovação da política salarial, bem como das remunerações dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas, compreendendo assim salários e bonificações pelo sucesso do empreendimento;
- (xxii) Transações com partes relacionadas, assim entendidas como quaisquer negócios entre a Companhia e qualquer das Partes (e os sócios diretos ou indiretos, os parentes e afins dos sócios de qualquer das Partes, bem como companhias controladas por qualquer das Partes ou sob controle comum das Partes) ou administradores;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (xxiii) Criação ou aquisição de novas sociedades, pela Companhia ou por suas controladas, inclusive as exercidas por meio de sociedades de propósito específico, que não constem do Plano de Negócios;
- (xxiv) Participação da Companhia e de suas controladas em novos investimentos que não constem do Plano de Negócios;
- (xxv) Endividamento da Companhia ou de suas controladas no exercício ou a assunção de compromissos de endividamento acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), assim como prestação de garantias pela Companhia ou por suas controladas a qualquer das controladas, exceto se tais operações encontrarem-se contempladas no orçamento anual da Companhia ou de suas controladas, e no Plano de Negócios conforme o caso;
- (xxvi) Celebração de contratos ou assunção de quaisquer obrigações, de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), pela Companhia ou por suas controladas, exceto se este encontrar-se contemplado no orçamento anual da Companhia ou de suas Controladas e no Plano de Negócios, conforme o caso;
- (xxvii) Prestação, pela Companhia ou por suas controladas a terceiros, de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros, sendo que as controladas não serão, para os fins deste Estatuto, consideradas terceiros;
- (xxviii) Instrução de voto a ser proferido pelo representante da Companhia nas assembleias e reuniões de acionistas/quotistas das sociedades nas quais a Companhia tenha participação, sempre que houver previsão de quórum qualificado neste Estatuto, em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou na Lei nº 6.404/76, para deliberação sobre as respectivas matérias; e
- (xxix) Realização pela Companhia de oferta pública inicial de ações ("IPO").

Diretoria

Além dos poderes atribuídos pelo Estatuto Social e pela Assembleia Geral e Conselho de Administração, os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, competindo-lhes:

- (i) Contratar, transigir, contrair obrigações, renunciar, desistir, celebrar acordos, firmar compromissos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da Companhia e de suas controladas, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições e limitações deste Estatuto Social;
- (ii) Aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições e limitações deste Estatuto Social;
- (iii) Admitir ou demitir empregados, obedecidas as orientações do Conselho de Administração, se for o caso, e as normas atinentes a espécie, inclusive o regulamento de pessoal da Companhia;
- (iv) Elaborar os planos de negócios e orçamento da Companhia, anuais ou plurianuais, e submetê-los ao Conselho de Administração;
- (v) Deliberar sobre a proposição de qualquer processo administrativo ou judicial, procedimento de arbitragem ou outra forma de resolução de litígios extrajudiciais;
- (vi) Deliberar sobre a adoção de estratégias pela Companhia perante quaisquer órgãos governamentais e eventuais mudanças de posição;
- (vii) Deliberar sobre o exercício do voto pela Companhia nas deliberações de suas controladas;
- (viii) Deliberar sobre chamadas para integralização de capital subscrito, indicando fundamentadamente a necessidade e a destinação dos recursos objeto da chamada de capital;
- (ix) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições e limitações previstas neste Estatuto Social; e
- (x) Exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração ou estejam previstas em políticas ou regulamentos internos da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia tem caráter permanente e é composto por 5 (cinco) membros efetivos, cujas atribuições estão previstas na legislação em vigor.

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

A Emissora está registrada na categoria "B" e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Emissora está registrada na categoria "B" e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

A Emissora está registrada na categoria "B" e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

d. por órgão:

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não declarado.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

Atualmente não existem.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

A agenda clima não tem sido parte objetiva de discussões e ações envolvendo os órgãos de administração da Companhia. A diretoria executiva avaliará a possibilidade de incluir essa agenda a partir do próximo exercício.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

| | Feminino | Masculino | Não binário | Outros | Preferê não responder |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|
| Diretoria | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Conselho de Administração - Efetivos | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Conselho de Administração - Suplentes | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Fiscal - Efetivos | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Conselho Fiscal - Suplentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| TOTAL = 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 |

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

| | Amarelo | Branco | Preto | Pardo | Indígena | Outros | Preferê não responder |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|
| Diretoria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Conselho de Administração - Efetivos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Conselho de Administração - Suplentes | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Fiscal - Efetivos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Conselho Fiscal - Suplentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| TOTAL = 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 |

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração.

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ALESSANDRO DI DOMENICO **CPF:** 807.388.770-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 31/07/1978

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -URFGS, e MBA em Finanças e Valuation Focus pelo Insper; Experiência em projetos e contratos de infraestrutura, energia, rodovias e obras pesadas, bem como desenvolvimento, implantação e operação de pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos, usinas termelétricas e concessões rodoviárias. Exerceu os cargos de Diretor Presidente da Mesa Participações S.A. e Central Energética Palmeiras S.A. e de Conselheiro de Administração na Termelétrica Pernambuco III S.A.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 26/04/2023 | 01 ano | Conselho de Administração (Efetivo) | | 26/04/2023 | Sim | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | N/A |

Nome CARLOS ALBERTO ZACHERT **CPF:** 445.561.520-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 20/06/1966

Experiência Profissional: Formado em Ciências Contábeis pela UPF. Possui MBA em Finanças e especialização em Ciências Contábeis com Enfoque em Finanças. Além de possuir Mestrado em Economia de Empresas. Possui experiência em empresas como Banrisul S.A., CEF, FUNCEF e Postalis.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 26/04/2023 | 01 ano | Conselho de Administração (Efetivo) | | 26/04/2023 | Não | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome CHIARA SONEGO BOLOGNESI GARGANO **CPF:** 826.383.730-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 23/06/1983

Experiência Profissional: Economista, graduada pela Universidade de Torcuato Di Tella, Buenos Aires. Como membro do conselho de administração, participa ativamente de questões operacionais e estratégicas da Hidrotérmica S.A.. Atualmente é sócia administradora da Bolognesi Empreendimentos Ltda.. Integra o Conselho de Administração da Multiner S.A. e da MESA Participações S.A.. Possui experiência superior a 10 anos nos ramos imobiliário, infraestrutura e energia. É certificada como membro do Instituto Brasileiro Governança Corporativa (IBGC) desde 19/09/2019. Exerce o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Hidrotérmica S.A. desde 10 de agosto de 2018. A Sra. Chiara declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 26/04/2023 | 01 ano | Conselho de Administração (Efetivo) | | 26/04/2023 | Não | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome EDUARDO BADYR DONNI **CPF:** 746.941.207-78 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 19/09/1962

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Química pela UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1984, com MBA – Open Innovation ; Digital Transformation pela University of California em 2017, MBA/Especialização – Curso de Formação de Conselheiros pela Abrapp em 2017, MBA Executivo pelo IBMEC em 1995, entre outras especializações. Tem vasta experiência industrial, acumulando atuações como Chefe de Produção Industrial, Chefe de Desenvolvimento de Produtos, Supply Chain Manager, Diretor Industrial e Chief Financial Officer.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 31/05/2023 | 01 ano | Conselho de Administração (Efetivo) | | 01/06/2023 | Não | 01/06/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome EDUARDO GEORGES CHEHAB **CPF:** 013.810.648-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 14/02/1955

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Business Administration pelo Insper. Trabalhou pouco mais de 30 anos no mercado financeiro. Foi Diretor Ajunto de Crédito no Banco ABN AMRO Real e Diretor da área de escores de governança corporativa e ratings corporativos. Atualmente membro do conselho de administração das empresas OSC Brasil e da Tonon Bioenergia, e conselheiro fiscal nas empresas Editora do Brasil e da Bioóleo. Atuando também como consultivo de empresa capital fechado, consultor na estruturação de governança corporativa e professor em cursos de pós-graduação e MBA.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|--|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho Fiscal | 31/05/2023 | 01 ano | C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas | | 01/06/2023 | Não | 01/06/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome EMILIANO F. STIPANICIC SPYER **CPF:** 226.218.718-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 29/05/1981

Experiência Profissional: Advogado, cursou Direito (college Pre-Law) pela Florida International University, nos EUA e Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, no Brasil. Pós-graduação LLM - Direito dos Mercados Financeiro e de Capitais pelo INSPER/SP e outra pós-graduação LLM - Direito Societário pelo INSPER/SP. Possui especialização em Contratos pela FGV/SP, Relações com Investidores pela FIPECAFI e Planejamento Tributário pelo INSPER/SP. Atuou no escritório Pinheiro Neto e posteriormente foi advogado da Merrill Lynch. Em seguida assumiu o jurídico da Mirae Asset e o jurídico da Bertin Energia. Logo após atuou como Gerente Jurídico da Odebrecht.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|----------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 11/05/2023 | 02 anos (15.12.2024) | Diretor de Relações com Investidores | | 11/05/2023 | Sim | 11/05/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome FÁBIO ANTÔNIO PEREIRA **CPF:** 105.056.268-29 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/07/1967

Experiência Profissional: Graduado em Administração pela FMU e em Contabilidade pela UNIP; Pós-graduado em Administração – MBA Executivo pela FGV; Graduando em Direito pela FMU. Experiência profissional: Arthur Andersen e Deloitte Touche Tohmatsu (novembro/1989 a setembro/2004); Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (Neoenergia) (setembro/2004 a outubro/2006); Gol Transportes Aéreos S.A. (novembro/2006 a setembro/2008); Gafisa S.A. (novembro/2008 a julho/2013); SBF Comércio e Indústria de Produtos Esportivos Ltda. (Lojas Centauro E-commerce) (julho/2013 a junho 2015); ID;T Brasil Eventos Ltda. (julho/2015 a junho/2016); e Fast Group (julho/2016 – atualmente). O Sr. Fábio declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho Fiscal | 26/04/2023 | 01 ano | C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador | | 26/04/2023 | Sim | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome GABRIEL FREITAS MOREIRA DA SILVA **CPF:** 505.520.665-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 21/04/1968

Experiência Profissional: Engenheiro mecânico, graduado pela Universidade Federal de Campina Grande, com especialização em administração de serviços pela Universidade Federal da Bahia e possui larga experiência em Gestão de Ativos. Tendo atuado em cargos executivos no setor industrial, nos segmentos de: Energia (Eólica, PCHs, Termelétricas – Gás/Diesel/Óleo Pesado/Carvão, Óleo e Gás (plataformas offshore-FPSO) e Petroquímica, nas empresas Grupo Bolognesi, General Electric, MODEC, Eneva, Rio Polímeros, Policarbonatos e CEMAN. O Sr. Gabriel declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 29/12/2023 | 15/12/2024 | Outros Diretores | Diretor Técnico | 29/12/2023 | Sim | 29/12/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome JEFFERSON DA SILVA BARBOSA **CPF:** 437.395.557-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 18/01/1958

Experiência Profissional: Contador, graduado pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, Pós-graduado em Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, MBA em Relações com Investidores pelo FIPECAFI. Iniciou carreira na área Financeira em 1982 tendo trabalhado nas seguintes principais companhias nas áreas de finanças e contabilidade. Contador do Banco Inter-Atlantico S/A entre 1984 e 1986. Analista Financeiro do Banco Chase Manhattan entre 1986 e 1988; Gerente de Contabilidade do Banco de Montreal entre 1989 e 1994. VP – Controles e Contabilidade área de pessoas físicas do Citibank Brasil entre 1994 e 1998; Controller da GE Capital entre 1998 e 2000. Diretor de Contabilidade entre 2000 e 2009 do Banco Safra S/A; CFO da Nortene Ltda entre 2009 e 2016; Sócio de Governança e Controles da BRW consultoria entre 2016 a 2020. Como sócio da BR atuou em diversos projetos de governança, controles, riscos para empresas do mercado financeiro e outros segmentos tendo sido a época conselheiro fiscal da Brazilwood Reflorestamento S/A. Atualmente, atua como consultor na Freedom Serviços Contábeis Ltda e também pela BRW Consultoria nas áreas de controles, finanças e contabilidade para empresas de diversos segmentos e pessoas físicas.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho Fiscal | 26/04/2023 | 01 ano | C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador | | 26/04/2023 | Sim | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome JOÃO VERNER JUENEMANN **CPF:** 000.952.490-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 16/02/1940

Experiência Profissional: Graduado Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCRS e em Administração de Empresas pela UFRGS; Pós-graduado em Auditoria pela UFRGS e, posteriormente, pelo IBMEC. Fundador da Juenemann ; Associados Auditores e Consultores; membro do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê Especial e do Comitê de Elegibilidade e Remuneração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; membro dos Conselhos Fiscais da Petrobras Distribuidora S.A., Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, Klabin S.A., Saraiva S.A. Livreiros Editores, TIM Participações S.A.; e participou de diversos Conselhos de Administração e Fiscal de outras companhias brasileiras. O Sr. João declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|---------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho Fiscal | 08/05/2023 | 1 ano | Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas | | 08/05/2023 | Não | 08/05/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome JOSÉ LUIZ PETRINI **CPF:** 758.947.427-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 03/12/1961

Experiência Profissional: Administrador, graduado pela Universidade Estácio de Sá, certificado em Administração - ICSS Inst. Certificação Seguridade Social - 2011, 2014, 2017 e 2020. Experiência em Controle Interno (Auditoria); Coordenação de inventários de bens imóveis, apuração de haveres e obrigações financeiras, tratamento e organização de acervo documental; Planejamento Estratégico; Chefia de Gabinete (Substituto); Implantação e gestão de projetos financiados por instituições internacionais; Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira, de Riscos e Compliance; Gestão de Contratos, licitações e contratações; Relacionamento com órgãos de controle (governamentais e auditoria independente); Entidade de Previdência Complementar Fechada (membro de Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal). Ocupou o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social ("REFER") de 2007 a 2011 e de 2015 a 2019, bem como ocupou o cargo de membro efetivo do Conselho Deliberativo da REFER de 2011 a 2015. O Sr. José Luiz declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|--|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho Fiscal | 26/04/2023 | 1 ano | C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas | | 26/04/2023 | Não | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome LUCIO ALVES FILGUEIRAS **CPF:** 878.894.987-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 01/08/1965

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Castelo Branco – UCB (fevereiro/2008); Pós-graduado em Auditoria e Controladoria pela Universidade Candido Mendes (fevereiro/2009). Experiência profissional: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER (admissão fevereiro/1995), e Analista Técnico I (desde junho/2010). Ocupou o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Multiner S.A. de 09/2018 a 10/2020. O Sr. Lucio declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|--|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho Fiscal | 26/04/2023 | 1 ano | C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas | | 26/04/2023 | Não | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome PAULO EUCLIDES BONZANINI **CPF:** 709.589.718-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 31/10/1956

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis; MBA em Formação Geral em Administração pela FIA-USP; e Especialização em Metodologia de Ensino Superior pela FIPECAFI SP. É Conselheiro Fiscal da IRB-RE, trabalhou como Diretor Executivo do Banco Votorantim S.A.; Vice-Presidente do Banco Fibra S.A.; Diretor Geral do Grupo Segurador BB Mapfre; Presidente do Banco Bossa Nova Caixa S.A.; Diretor de Varejo do Banco do Brasil S.A.; e foi membro dos Conselhos de Administração da Cielo S.A., Alelo S.A., Baf S.A.; Conselheiro Fiscal da Embraer S.A. e Conselheiro Consultivo do BB Previdência S.A. O Sr. Paulo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|--|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho Fiscal | 08/05/2023 | 1 ano | C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas | | 08/05/2023 | Não | 08/05/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome RODRIGO DE CARVALHO PINTO BUENO **CPF:** 248.520.578-77 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/05/1974

Experiência Profissional: Formado em Direito pela PUC-SP, com extensão em Direito Processual Civil também pela PUC-SP. Pós-Graduado em Administração de Empresas pelo CEAG-FGV, MBA pela FGV-SP e Master in International Relations and Politics pela University of Bath, UK. Foi Diretor Jurídico da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, da Ecorodovias S/A, da Construtora Norberto Odebrecht S/A, da Foz do Brasil S/A, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S/A (onde também exerceu os cargos de diretor de Compliance e presidente do Comitê de Ética), e da Hidrotérmica S/A. Foi conselheiro de administração das empresas Foz de Rio Claro S/A e Aquapolo Ambiental S/A e atualmente é conselheiro de administração das empresas Multiner S/A e Mesa Participações S/A.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 26/04/2023 | 01 ano | Conselho de Administração (Efetivo) | | 26/04/2023 | Sim | 26/04/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome TOBIAS REIS MONTEIRO **CPF:** 038.579.986-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 04/06/1980

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Federal do São João Del Rei e Ciências Contábeis pela Faculdade Torricelli. Atuou como membro do Conselho de Administração nas empresa SPE Energética Suape II S.A, SPRE Arembepe Energia S.A, SPRE Energética Camaçari Muricy I S.A. De 2009 a 2011 foi Controller do grupo Nova Cibe Energia S.A. De 2011 a 2015, trabalhou no grupo Bertin Energia S.A reportando diretamente ao CFO. Atualmente é Diretor Financeiro do Grupo Hidrotérmica S.A., Borborema Energética e Maracanaú Geradora de Energia e Membro do Conselho de Administração da Termelétrica Pernambuco III S.A. O Sr. Tobias declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 29/12/2023 | 15/12/2024 | Diretor Presidente / Superintendente | | 29/12/2023 | Sim | 29/12/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês estatutários ou não estatutários instalados

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora está registrada na categoria “B” e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora está registrada na categoria “B” e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Elencamos a seguir, as Assembleias realizadas no exercício de 2023:

| | | | |
|---|------------|--|--|
| Assembleia Geral Extraordinária | 08/05/2023 | Instalada em 1ª convocação | Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto. |
| Assembleia Geral Extraordinária | 31/05/2023 | Instalada em 1ª convocação | Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto. |
| Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária | 20/04/2023 | Instalada em 1ª convocação e suspensão | Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto. |
| Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária | 26/04/2023 | Reaberta e encerrada | Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto. |

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
- b. **práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**
 - i. **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:**
 - ii. **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**
- c. **composição da remuneração, indicando:**
 - i. **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**
 - **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
 - **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
 - **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
 - **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**
 - ii. **razões que justificam a composição da remuneração**
 - iii. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**
- d. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**
- e. **existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---|---|---|--------------|
| Nº total de membros | 5 | 2 | 5 | 12,00 |
| Nº de membros remunerados | 5 | 2 | 5 | 12,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 744.960,00 | 1.303.900,00 | 477.750,14 | 2.526.610,14 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Não há outras remunerações fixas. | Não há outras remunerações fixas. | Não há outras remunerações fixas. | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | Não há outras remunerações variáveis. | Não há outras remunerações variáveis. | Não há outras remunerações variáveis. | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2023 CVM/SEP. | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/Anual – 2023-CVM/SEP. | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/Anual – 2023-CVM/SEP. | |
| Total da remuneração | 744.960,00 | 1.303.900,00 | 477.750,14 | 2.526.610,14 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais | | | | |
|--|--|---|---|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 5 | 2 | 5 | 12,00 |
| Nº de membros remunerados | 5 | 2 | 5 | 12,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 770.000,00 | 2.862.114,00 | 500.774,00 | 4.132.888,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Não há outras remunerações fixas | Não há outras remunerações fixas. | Não há outras remunerações fixas. | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | Não há outras remunerações variáveis. | Não há outras remunerações variáveis. | Não há outras remunerações variáveis. | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2023 CVM/SEP | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2023 CVM/SEP. | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2023 CVM/SEP. | |
| Total da remuneração | 770.000,00 | 2.862.114,00 | 500.774,00 | 4.132.888,00 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais | | | | |
|--|---|---|---|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 5 | 2 | 4 | 11,00 |
| Nº de membros remunerados | 5 | 2 | 4 | 11,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 600.000,00 | 1.923.500,00 | 325.000,00 | 2.848.500,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 86.742,09 | 537.474,53 | 46.334,34 | 670.550,96 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 14.220,14 IR - R\$ 72.521,95 | Encargos sociais (INSS) – R\$ 11.609,32 IR - R\$ 525.865,21 | Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 7.782,95 IR – R\$ 38.551,39 | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 480.302,93 | 0,00 | 480.302,93 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | Não há remunerações variáveis. | Não há outras remunerações variáveis. | Não há outras remunerações variáveis. | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2023 CVM/SEP. | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/Anual – 2023-CVM/SEP. | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/Anual – 2023-CVM/SEP. | |
| Total da remuneração | 686.742,09 | 2.941.277,46 | 371.334,34 | 3.999.353,89 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais | | | | |
|--|---|---|---|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 5 | 2 | 4 | 11,00 |
| Nº de membros remunerados | 5 | 2 | 4 | 11,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 620.000,00 | 1.756.122,81 | 310.648,00 | 2.686.770,81 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 129.546,97 | 465.586,97 | 38.983,92 | 634.117,86 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 19.918,01 IR - R\$ 109.628,96 | Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 22.675,46 IR - R\$ 442.911,51 | Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 7.069,92 IR - R\$ 31.914,00 | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | Não há remunerações variáveis. | Não há outras remunerações variáveis. | Não há remunerações variáveis. | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2023 CVM/SEP. | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/Anual – 2023-CVM/SEP. | O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2023 CVM/SEP. | |
| Total da remuneração | 749.546,97 | 2.221.709,78 | 349.631,92 | 3.320.888,67 |

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora está registrada na categoria “B” e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descreve:

- a. termos e condições gerais
- b. data de aprovação e órgão responsável
- c. número máximo de ações abrangidas
- d. número máximo de opções a serem outorgadas
- e. condições de aquisição de ações
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h. forma de liquidação
- i. restrições à transferência das ações
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora está registrada na categoria “B” e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

- a. **Órgão;**
- b. **número total de membros;**
- c. **número de membros remunerados;**
- d. **em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. **quantidade**
 - ii. **data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. **prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. **prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. **preço médio ponderado de exercício**
 - vi. **valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. **em relação às opções exercíveis:**
 - i. **quantidade**
 - ii. **prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. **prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. **preço médio ponderado de exercício**
- f. **valor justo das opções no último dia do exercício social**
- g. **valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

- a. **Órgão;**
- b. **número total de membros;**
- c. **número de membros remunerados;**
- d. **número de ações;**
- e. **preço médio ponderado de exercício;**
- f. **preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas;**
- g. **multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas;**

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

- a. Órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários;

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

- a. **Órgão;**
- b. **número total de membros;**
- c. **número de membros remunerados;**
- d. **data de outorga;**
- e. **quantidade de ações outorgadas;**
- f. **prazo máximo para entrega das ações;**
- g. **prazo de restrição à transferência das ações;**
- h. **valor justo das ações na data da outorga;**

- i. **multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações nadata da outorga.**

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora está registrada na categoria “B” e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação;
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;
- d. forma de determinação da volatilidade esperada;
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. Nome do plano;
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- f. condições para se aposentar antecipadamente;
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições;

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora está registrada na categoria “B” e, conforme a Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação deste item possui caráter facultativo.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

| EXERCÍCIO DE 2023 | | |
|---------------------------------|--|------------------------------|
| Órgão | Conselho de Administração/ Fiscal | Diretoria Estatutária |
| Percentual da remuneração total | 31,00% | 69,00% |

| EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---------------------------------|--|------------------------------|
| Órgão | Conselho de Administração/ Fiscal | Diretoria Estatutária |
| Percentual da remuneração total | 30,00% | 54,17% |

| EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|---------------------------------|--|------------------------------|
| Órgão | Conselho de Administração/ Fiscal | Diretoria Estatutária |
| Percentual da remuneração total | 33,10% | 100,00% |

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como para o exercício social corrente, não há valores reconhecidos no resultado de controladores da Companhia, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo na Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 8 foram descritas nos itens acima.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

| | | | |
|---|---|--------------------|--|
| Código CVM do Auditor | 002879 | | |
| Razão Social | Tipo Auditor | CPF/CNPJ | |
| PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA | Juridica | 61.562.112/0001-20 | |
| Data de contratação do serviço | Data de início da prestação de serviço | | |
| 01/01/2023 | 01/01/2023 | | |
| Descrição dos serviços prestados | | | |
| Revisão das informações trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas dos períodos encerrados em março, junho e setembro de 2023 e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. | | | |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social | | | |
| Total de R\$ R\$ 1.030.130,00 referente aos honorários para os serviços de revisão das Informações Contábeis Intermediárias (ITRs) individuais e consolidadas dos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 e os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. | | | |
| Justificativa da substituição | | | |
| Não houve substituição do auditor para o exercício de 01/01/2023 a 31/12/2023, conforme a Resolução CVM nº 23/2021, que obriga a rotatividade da empresa de auditoria independente a cada 5 (cinco) anos. | | | |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa | | | |
| Não aplicável. | | | |

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

As políticas da Companhia relacionadas à contratação de serviços de auditores independentes buscam certificar que não haja conflito de interesses, perda de independência e de objetividade dos referidos prestadores de serviços. A contratação dos serviços de auditoria externa são de competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 9 foram descritas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

| | Feminino | Masculino | Não binário | Outros | Preferê não responder |
|-------------------|----------|-----------|-------------|----------|-----------------------|
| Liderança | 1 | 13 | 0 | 0 | 0 |
| Não-liderança | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 20 | 6 | 14 | 0 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

| | Amarelo | Branco | Preto | Pardo | Indígena | Outros | Preferê não responder |
|-------------------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------------------|
| Liderança | 0 | 12 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Não-liderança | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 20 | 0 | 17 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

| | Abaixo de 30 anos | De 30 a 50 anos | Acima de 50 anos |
|-------------------|-------------------|-----------------|------------------|
| Liderança | 0 | 6 | 8 |
| Não-liderança | 2 | 4 | 0 |
| TOTAL = 20 | 2 | 10 | 8 |

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

| | Norte | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul | Exterior |
|-------------------|----------|----------|--------------|-----------|----------|----------|
| Liderança | 0 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 |
| Não-liderança | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| TOTAL = 20 | 0 | 0 | 0 | 20 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

| | Feminino | Masculino | Não binário | Outros | Preferê não responder |
|-------------------|----------|-----------|-------------|----------|-----------------------|
| Norte | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Centro-Oeste | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sudeste | 6 | 14 | 0 | 0 | 0 |
| Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 20 | 6 | 14 | 0 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

| | Amarelo | Branco | Preto | Pardo | Indígena | Outros | Preferê não responder |
|--------------|---------|--------|-------|-------|----------|--------|-----------------------|
| Norte | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Centro-Oeste | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sudeste | 0 | 17 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | |
|-------------------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| TOTAL = 20 | 0 | 17 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
|-------------------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

| | Abaixo de 30 anos | De 30 a 50 anos | Acima de 50 anos |
|---------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------|
| Norte | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 0 | 0 | 0 |
| Centro-Oeste | 0 | 0 | 0 |
| Sudeste | 2 | 10 | 8 |
| Sul | 0 | 0 | 0 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 20 | 2 | 10 | 8 |

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

- a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem

- i. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há outros indicadores de diversidade que a Companhia entenda ser relevantes mencionar.

- b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

- c. índice de rotatividade

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando

- a. Política de salários e remuneração variável**
- b. Política de benefícios**
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: i. grupos de beneficiários; ii. condições para exercício; iii. preços de exercício; iv. prazos de exercício; v. quantidade de ações comprometidas pelo plano; d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração**

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.
acultativo à Companhia

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Emissora está registrada na categoria “B”, e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Administração da Companhia entende que a área de Gestão de Pessoas tem papel fundamental na gestão dos colaboradores, desde a atração de talentos, como na implementação de processos de desenvolvimento, gestão do clima organizacional e remuneração, aplicando práticas gerenciais inovadoras, reconhecendo talentos e buscando as melhores práticas de gestão de pessoas.

A partir de 2022 a Companhia adotou o regime de trabalho de "Home-Office" como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. A experiência durante a pandemia mostrou que essa possibilidade é viável e pode agregar qualidade de vida às equipes, sem perda de produtividade, além de alinhar a Companhia à realidade do mercado de trabalho

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido no Negócio Real | Saldo existente | Montante corresp. ao interesse Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|---|--|------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------|------------------------|
| Central Energética Palmeiras S.A. | 31/12/2023 | 65.157.794,86 | 65.157.794,86 | 65.157.794,86 | Indeterminado. | 105% do CDI |
| Relação com o emissor | Parte Relacionada | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Rio Amazonas Energia S.A. | 31/12/2023 | 48.680.790,91 | 48.680.790,91 | -48680790,91 | Indeterminado | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo. | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Bolognesi Energia S.A. | 31/12/2023 | 278.323.312,65 | 278.323.312,65 | 278.323.312,65 | Indeterminado | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | |

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido no Negócio Real | Saldo existente | Montante corresp. ao interesse Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|--|--|------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------|------------------------|
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar | 31/12/2023 | 14.066.889,44 | 14.066.889,44 | 14.066.889,44 | Indeterminado | IGP-M |
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | |
| Objeto contrato | Debêntures | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| New Energy Options Geração de Energia S.A. | 31/12/2023 | 408.061,51 | 408.061,51 | 408.061,51 | Indeterminado. | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Compartilhamento | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido no Negócio Real | Saldo existente | Montante corresp. ao interesse Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|---|--|------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------|------------------------|
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Compartilhamento de determinadas estruturas e custos administrativos, com base em critérios de rateios definidos entre as partes. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Companhia Energética Uruguai S.A. | 31/12/2023 | 19.256.349,44 | 19.256.349,44 | 19.256.349,44 | Indeterminado | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Bolognesi Energia S.A. | 31/12/2023 | 46.293.720,86 | 46.293.720,86 | 46.293.720,86 | Indeterminado. | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido no Negócio Real | Saldo existente | Montante corresp. ao interesse Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|---|--|------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|---------------|------------------------|
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Termelétrica Pernambuco III S.A. | 31/12/2023 | 33.126.364,01 | 33.126.364,01 | 33.126.364,01 | Indeterminado | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| 2007 Participações S.A. | 31/12/2023 | 123.805,24 | 123.805,24 | 123.805,24 | Indeterminado | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Termelétrica Itapebi S.A. | 31/12/2023 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | Indeterminado | 105% CDI |

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido no Negócio Real | Saldo existente | Montante corresp. ao interesse Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|--|--|------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|---------------|------------------------|
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Termelétrica Monte Pascoal S.A. | 31/12/2023 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | Indeterminado | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| New Energy Options Geração de Energia S.A. | 31/12/2023 | 9.668.413,55 | 9.668.413,55 | 9.668.413,55 | Indeterminado | 105% CDI |
| Relação com o emissor | Partes Relacionadas | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo | | | | | |

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido no Negócio Real | Saldo existente | Montante corresp. ao interesse Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|---|--|------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|---------|------------------------|
| Garantia e seguros | Não há | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido pela mutuante em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

n. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A decisão referente a todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo estatuto social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo matérias sob análise de algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuam qualquer relação com a matéria em exame.

O Código de Ética da Companhia regra a adoção de boas práticas nas transações com partes relacionadas, bem como de conflito de interesses. Na hipótese de a Companhia pretender celebrar operações e negócios com partes relacionadas, além das aprovações estatutárias previstas, são observados previamente os padrões praticados pelo mercado. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

Em relação aos mútuos da Companhia com suas controladas, que representam, verifica-se que ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, estando estas operações de mútuos sujeitas aos encargos financeiros descritos acima e às regras de governança corporativa da Companhia.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido a tratativas para fins de obter uma solução para as divergências que possuem em relação aos mútuos em aberto, dado que tais saldos se encontram em processos de negociações, trazendo incertezas sobre a sua realização.

Não obstante à essas informações, a Companhia resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros, conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

12.1 Informações sobre o capital social

| Tipo Capital | Capital Integralizado | |
|---|--|----------------------------------|
| Data da autorização ou aprovação | Prazo de integralização | Valor do capital |
| 21/11/2017 | | 855.827.579,38 |
| Quantidade de ações ordinárias | Quantidade de ações preferenciais | Quantidade total de ações |
| 7.877.740 | 6.843.557 | 14.721.297 |
| Capital social por classe de ações preferenciais | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações | |
| Preferencial Classe A | 311.344 | |
| Preferencial Classe B | 6.532.211 | |
| Preferencial Classe C | 1 | |
| Preferencial Classe D | 1 | |
| Capital social por classe de ações ordinárias | | |
| Classe de ação ordinária | Quantidade de ações | |
| Ordinária Classe A | 7.877.740 | |

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. Direito a dividendos
- b. Direito de voto
- c. Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
- d. Direitos no reembolso de capital
- e. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. Restrições à circulação
- g. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. Possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipótese de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferencial na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. Outras características Relevantes

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|---|
| Valor mobiliário | Debêntures |
| Identificação do valor mobiliário | 2ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações com Garantia Flutuante |
| Data de emissão | 01/06/2010 |
| Data de vencimento | 01/06/2016 |
| Quantidade | 186 |
| Unidade | |
| Valor nominal global R\$ | 250.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 19.784.369,06 |
| Restrição a circulação | Não |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Não |
| Características dos valores mobiliários de dívida | 2ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações com Garantia Flutuante em série única de 500.000 debêntures, em forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | As alterações relativas a: (i) quóruns previstos na Escritura de Emissão; (ii) Remuneração; (iii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (iv) espécie das Debêntures; e/ou (v) criação de evento de repactuação das Debêntures; deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 75% das Debêntures em circulação. |
| Outras características relevantes | <p>Em 15 de julho de 2014, a Companhia recomprou 149 Debêntures, restando, atualmente, 18 Debêntures em circulação. A emissão encontra-se vencida ordinariamente, não tendo sido quitada até o momento. A Companhia foi notificada pelo Agente Fiduciário e os debenturistas estão cientes da situação. Mais detalhes sobre o vencimento das debêntures estão refletidos na ata da Assembleia Geral de Debenturistas datada de 02 de dezembro de 2016.</p> <p>Há ação de execução movida pelo debenturista para a cobrança de valores correspondentes a emissão de 12 debêntures, sob o nº 0173042-92.2017.8.19.0001, em trâmite na 44ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e no qual foi objeto de Agravo de Instrumento, nº 0036158-88.2019.8.19.0000, cujo acórdão, datado de 02 de setembro de 2020, foi favorável à Agravante, para suspensão do processo até que seja proferida uma decisão no âmbito do procedimento arbitral. Em 07 de outubro de 2020 foi interposto Recurso Especial pelo Agravado contra essa decisão, pendente de julgamento. Posteriormente, em 01 de fevereiro de 2022 foi proferida sentença arbitral favorável à Agravante, de modo que esta aguarda pela apreciação do seu pedido de extinção da referida ação de execução do debenturista. . Atualmente, está pendente de análise o pedido feito pelo debenturista de suspensão da ação de execução até o julgamento do REsp nº 1.938.320/RJ.</p> |

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários além dos já descritos no item 12.3 e 12.7 deste formulário de referência.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

A Emissora está classificada como Categoria “B” e suas ações não são negociadas no mercado. As negociações das Debêntures são feitas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Emissora está registrada na categoria "B", e conforme resolução CVM N°80/2022 a divulgação deste item possui caráter facultativo à Companhia.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores desta seção.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

| Nome do responsável pelo conteúdo do formulário | Cargo do responsável |
|---|--------------------------------------|
| Tobias Reis Monteiro | Diretor Presidente |
| Emiliano Furlan Stipanivic Spyer | Diretor de Relações com Investidores |

13.1 Declaração do diretor presidente



MULTINER S.A.
CNPJ/MF 08.935.054/0001-50
NIRE 35.300.504.127
Companhia Aberta

Tobias Reis Monteiro, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 11.132.691, expedida pela PC/MG, inscrito no CPF/ME sob nº 038.579.986-10, com endereço comercial na Rua Leopoldo Couto de Magalhaes Junior, 758 - 15º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, 04542-000, na qualidade de Diretor Presidente da Multiner S.A. ("Companhia"), vem declarar que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20; e
- c. As informações contidas no Formulário de Referência retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 31 de maio de 2024.

Tobias Reis Monteiro
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



MULTINER S.A.

CNPJ/MF 08.935.054/0001-50

NIRE 35.300.504.127

Companhia Aberta

Emiliano Furlan Stipanivic Spyer, brasileiro, casado, advogado, portador da célula de identidade RG nº. 16.775.568-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 226.218.718-52, com endereço comercial na Rua Leopoldo Couto de Magalhaes Junior, 758 - 15º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, 04542-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Multiner S.A. ("Companhia"), vem declarar que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20; e
- c. As informações contidas no Formulário de Referência retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 31 de maio de 2024.

Emiliano Furlan Stipanivic Spyer
Diretor Relações com Investidores